

2º Ciclo de Estudos

Riscos, Cidades e Ordenamento do
Território

A economia da noite e os centros de cidade.

Estudo comparativo entre o Bairro Judeu de
Budapeste e a Baixa do Porto (zona oeste).

Ricardo Gil da Cunha Moreira.

M

2016



Ricardo Gil da Cunha Moreira

**A economia da noite e os centros de cidade.
Estudo comparativo entre o Bairro Judeu de Budapeste e a
Baixa do Porto (zona oeste).**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, orientada pelo Professor Doutor José Alberto Rio Fernandes.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

A economia da noite e os centros de cidade.
Estudo comparativo entre o Bairro Judeu de Budapeste e a
Baixa do Porto (zona oeste).

Ricardo Gil da Cunha Moreira.

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do
Território, e orientada pelo Professor Doutor José Alberto Rio Fernandes

Membros do Júri

Professor Doutor José Ramiro Pimenta
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor José Alberto Rio Fernandes
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Fátima Loureiro de Matos
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Índice

Índice de figuras.....	5
Índice de gráficos	7
Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract	10
Resumé.....	11
INTRODUÇÃO.....	-.....12
CAPÍTULO 1 - OS CENTROS DE CIDADE: DO ESQUECIMENTO À NECESSIDADE DE REVIGORAÇÃO.....	15
CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA DA NOITE: E A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE CIDADE.....	26
2.1. A Noite aos olhos da Sociedade – Desde o medo a uma necessidade de evasão.....	26
2.2. A economia da noite.....	28
2.3. A vontade de dinamizar e a necessidade de regular.....	30
2.4. Abordagens estratégicas e reguladoras em alguns dos grandes centros mundiais...32	
2.4.1. Shoreditch, Londres.....	32
2.4.2. Amesterdão.....	36
2.4.3. Barcelona.....	38
2.4.4. Paris.....	40
CAPÍTULO 3 - ESTUDOS DE CASO.....	43
3.1. Budapeste.....	43
3.1.1. Estudo de caso I: Bairro Judeu de Budapeste.....	44
3.1.2. Bairro Judeu de Budapeste – do passado ao presente.....	45
3.1.3. A economia da noite no Bairro Judeu de Budapeste - análise empírica.....	54
3.2. Porto.....	59
3.2.1 Estudo de caso II: Baixa do Porto (zona oeste).....	61
3.2.2. Baixa do Porto – do passado ao presente.....	62
3.2.3. A economia da noite na Baixa do Porto (zona oeste) – análise empírica.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
Referências bibliográficas.....	81

Índice de Figuras

Figura 1 – Armazéns de apoio ao transporte de mercadorias – ano de 1881.....	19
Figura 2 – Bálua Budapest – ano de 2013.....	20
Figura 3 – Rua Nova do Carvalho, Cais do Sodré, Lisboa.....	23
Figura 4 – Shoreditch, Londres.....	32
Figura 5 – Amsterdão.....	36
Figura 6 – Bairro de La Gràcia, Barcelona.....	38
Figura 7 – Paris.....	40
Figura 8 – Localização geográfica de Budapeste.....	43
Figura 9 – Divisão de Budapeste por bairros.....	44
Figura 10 – Localização geográfica do Bairro judeu de Budapeste.....	45
Figura 11 – Evolução da População de Budapeste entre 1780 e 2009.....	46
Figura 12 – Fachada do Szimpla Kert.....	52
Figura 13 – Kuplung Klub.....	54
Figura 14 – Fogaz haz – Ruin Pub.....	56
Figura 15 – Localização geográfica do Porto.....	59
Figura 16 –: Localização geográfica da AMP.....	59
Figura 17 – Divisão da AMP por municípios.....	60
Figura 18 – Zona da “Movida” da Baixa do Porto.....	61
Figura 19 – Evolução da população residente na região do Grande Porto.....	62
Figura 20 – Área de Intervenção Prioritária (AIP).....	65
Figura 21 – Proporção de população residente no Porto, com o ensino superior (2011).....	68

Figura 22 - Estabelecimentos de comércio a retalho, restauração e alojamento nos Aliados (2012/2014).....	69
Figura 23 - Galerias de Paris – Baixa do Porto.....	70

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Número de novas habitações no Bairro Judeu de Budapeste entre (1990 – 2008).....	48
Gráfico 2 – Evolução do número de novas habitações no Bairro Judeu de Budapeste (2001 – 2008).....	49
Gráfico 3 – Evolução quanto ao nível de qualificação dos moradores do bairro Judeu de Budapeste (2001 – 2010).....	50
Gráfico 4 – Estabelecimentos noturnos do Bairro Judeu de Budapeste.....	55
Gráfico 5 – Número de estabelecimentos noturnos existentes no Bairro judeu de Budapeste (1990 – 2016).....	56
Gráfico 6 – Horário de fecho dos estabelecimentos noturnos do bairro Judeu de Budapeste.....	57
Gráfico 7 – Evolução dos residentes representantes do poder legislativo e especialistas em atividades intelectuais e científicas no Centro Histórico do Porto.....	67
Gráfico 8 – Estabelecimentos noturnos na Baixa do Porto (zona oeste).....	71
Gráfico 9 – Número de estabelecimentos noturnos na Baixa do Porto (zona oeste) (1990-2016).....	72
Gráfico 10 - Horários de fecho dos estabelecimentos noturnos da baixa do Porto (zona oeste).....	74

Agradecimentos

Primeiramente, os agradecimentos a ser prestados são dirigidos aos meus Pais e ao meu Irmão. Foram eles o meu principal pilar durante estes anos de frequência universitária.

À minha afilhada, às minhas avós, aos meus tios e primos. Também têm sido a minha motivação durante todo este trajeto.

Ao meu orientador, o Professor Doutor José Alberto Rio Fernandes, por todo o *know-what* e *know-how* transmitidos ao longo deste segundo ano de Mestrado.

Ao Professor Berki Marton, que me recebeu de braços abertos e supervisionou o meu trabalho de pesquisa em Budapeste.

Ao Doutor Gergely Olt, pelos dados e entrevista concedidos durante a pesquisa em Budapeste.

Aos meus colegas da turma do MRCOT, pelos momentos vividos e conhecimentos partilhados.

Aos amigos que fiz durante o meu primeiro Erasmus em Bratislava, e durante o segundo em Budapeste. Foram importantes no meu crescimento pessoal, deixaram em mim um pouco deles... acredito que também tenha deixado neles, um pouco de mim.

Ao Anderson, ao Flávio, ao Samuel, ao Nuno, ao Luís, ao Hélder, ao Hugo, à Ana Fonseca, à Ana Nogueira, à Marisa, à Marta, à Sofia e à Joana, por tudo o que foi vivido desde o nosso primeiro ano de Faculdade, pelos laços criados e que serão daqui levados para a vida.

“A persistência é o caminho do êxito.” Charles Chaplin

Resumo

As questões ligadas à revitalização dos centros de cidade têm vindo a ser cada vez mais discutidas, uma vez que estes, em resultado da perda de população, comércio e serviços, para as periferias, se vêm “cheios de nada”, deixados ao cuidado das populações mais envelhecidas, sem poder empreendedor, bem como de pessoas menos qualificadas e com evidentes carências económicas, a que somam edifícios abandonados e muitas vezes em ruínas.

Este problema, até pela sua visibilidade, tem obrigado a medidas que procurem fazer renascer o centro de cidade, tornando-o atrativo, com gente nova, qualificada e economicamente mais desafogada, seja para viver, seja para investir, seja para se cultivar e divertir. É com este objetivo que se vê serem lançados muitos dos programas de regeneração e reabilitação do edificado existente e, paralela ou posteriormente, com promoção de toda uma gama de serviços ligados quer ao mercado habitacional, quer à cultura, consumo e lazer, sendo muitos deles ligados à diversão noturna.

Esta dissertação de Mestrado visa debater e relacionar esses processos, sendo dado principal destaque àqueles que dizem respeito à dinamização e regulação da economia da noite bem e à sua importância na reconversão dos velhos centros de cidade, com especial atenção aos casos do estudo do Bairro Judeu de Budapeste e da Baixa do Porto.

Palavras chave: economia da noite, pós-suburbanização, reabilitação urbana, gentrificação, políticas urbanas.

Abstract

Issues relating to the revitalization of city centers have been increasingly discussed, as these as a result of population loss, trade and services, to the periphery, have come "full of nothing," left to the care of more aged people without entrepreneurial power, as well as low-skilled and with obvious economic needs, which add up abandoned buildings and often in ruins.

This problem, even for its visibility has forced the measures seeking to revive the city center, making it attractive, with new people, qualified and economically unobscured, either to live or to invest, is to cultivate and have fun. It is with this goal that is seen being launched many of regeneration programs and rehabilitation of the existing building, and parallel or subsequently, promoting a whole range of services related to either the housing market or the culture, consumption and leisure, many of them linked to nightlife.

This Master's dissertation aims to discuss and relate these processes being given main highlight those concerning the promotion and the evening economy of regulation well and their importance in the conversion of the old town centers, with special attention to study the cases of the Jewish Quarter Budapest and downtown Porto.

Keywords: night time economy, post-suburbanization, urban renewal, gentrification, urban policies.

Résumé

Les questions relatives à la revitalisation des centres-villes ont été de plus en plus discuté, car ceux-ci à la suite de la perte de la population, du commerce et des services, à la périphérie, sont venus «plein de rien», laissé aux soins de les gens plus âgés sans pouvoir entrepreneurial, ainsi que les besoins économiques évidents peu qualifiés et avec, qui ajoutent des bâtiments abandonnés et souvent en ruines.

Ce problème, même pour sa visibilité a contraint les mesures visant à relancer le centre-ville, ce qui rend attrayant, avec de nouvelles personnes, qualifiée et économiquement dégagée, soit pour y vivre ou d'investir, est de cultiver et de plaisir . Il est dans ce but que l'on voit lancé un grand nombre de programmes de régénération et de réhabilitation du bâtiment existant, et en parallèle ou par la suite, la promotion de toute une gamme de services liés à l'une ou l'autre du marché du logement ou de la culture, la consommation et les loisirs, beaucoup d'entre eux lié à la vie nocturne.

Ce thèse de Master vise à discuter et à relier ces processus étant donné principal point qui concerne la promotion et l'économie du soir de la réglementation bien et leur importance dans la conversion des centres anciens de la ville, avec une attention particulière pour étudier les cas du quartier juif Budapest et le centre-ville de Porto.

Mots-clés: économie de la nuit, post-suburbanisation, rénovation urbaine, gentrification, les politiques urbaines.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em centros de cidade, devemos perceber a existência de diferentes contextos/circunstâncias. Devemos perceber que estes mesmos contextos/circunstâncias, se confundem em larga medida com a história do desenvolvimento das cidades, e esta, subsequentemente, com os movimentos migratórios das populações, sempre fruto das necessidades que estas evidenciavam, e das condições que iam encontrando ao longo do tempo.

Em meados do século XX - e face ao insustentável crescimento populacional verificado nas áreas centrais, despoletado pela crescente procura de melhores condições de vida por parte das populações antes residentes em áreas rurais, que assim procuravam nos grandes centros a chave para uma vida mais desafogada – acentuou-se o processo suburbanização, onde as populações provenientes do área central, aproveitando também o melhoramento das estruturas viárias e o consequente “boom” dos transportes motorizados, abandonavam as áreas centrais rumo às periferias, algo que, se por um lado ajudou a desenvolver estruturalmente as áreas outrora periféricas, em termos daquilo que é a implantação de serviços e bens de primeira necessidade, por outro lado contribuiu para um certo abandono em relação aos grandes centros onde, consequentemente foram aparecendo edifícios abandonados e degradados, que foram sendo deixados ao “cuidado” de populações mais envelhecidas ou marginalizadas, sem capacidade empreendedora.

Os velhos centros viam-se assim remetidos ao esquecimento. Começava a tornar-se veemente a necessidade de os recuperar, no sentido de lhes conferir uma nova vida, pautada por um maior nível de atratividade que viria em consequência de medidas que visassem a dinamização de projetos de reabilitação e regeneração urbana, seja numa ideia de renovação do parque habitacional, seja numa ideia de enriquecimento cultural por via da valorização da velha identidade ainda bem patente em muitos casos, ou da recriação e lazer.

A presente dissertação, desenvolvida no âmbito do 2º ciclo de estudos em Riscos Cidades e Ordenamento do Território apresenta-se ligado à temática, “A Economia da Noite e os Centros de Cidade - Estudo Comparativo entre a Baixa do Porto e o Bairro Judeu de Budapeste”.

Esta dissertação será dividida em três partes: uma teórica, uma prática, e uma última referente às conclusões a tirar. Primeiramente, é efetuada uma revisão das várias fases pelas quais tem passado o desenvolvimento das cidades – nomeadamente os seus centros - sempre dependentes dos fluxos populacionais e das necessidades que os seus residentes foram evidenciando ao longo do tempo; a partir daí focar-me-ei nas dinâmicas que supostamente levam à dinamização de processos de revitalização, quer física, no edificado, quer económico-social; posteriormente centrar-me-ei nas questões da dinamização da economia da noite na promoção da revitalização, e nas implicações; por fim procurarei mencionar exemplos de práticas de dinamização e regulação da economia da noite, verificadas em alguns dos mais importantes centros mundiais.

Na segunda parte, centrar-me-ei no estudo comparativo entre o Bairro Judeu de Budapeste e a Baixa Oeste do Porto, procurando perceber as políticas e as dinâmicas inerentes à promoção desta prática, em cada um dos territórios em estudo.

No final, procurarei comparar os resultados obtidos na segunda parte, para assim - e tendo como base o suporte teórico da primeira parte - chegar a conclusões no se que refere a possíveis semelhanças ou variações, no que respeita às dinâmicas verificadas ou políticas de promoção e regulação da economia da noite.

No que respeita à metodologia aplicada no desenvolvimento deste projeto, pode dizer-se que esta começa por uma parte mais teórica, suportada por uma revisão relativa à literatura relacionada com a temática em estudo. Neste contexto, são revistos um conjunto de temas relacionados com os conceitos de suburbanização, pós-suburbanização, gentrificação e reabilitação urbana, bem como de promoção e regulação da economia da noite.

Posteriormente, é feita a transição para uma parte onde impera a análise empírica, marcada pelo levantamento, tratamento, análise e comparação dos dados obtidos no estudo comparativo internacional efetuado, primeiramente em Budapeste onde foi efetuado um estágio de investigação ao abrigo do programa *Erasmus + Placements*, no departamento de Geografia da Faculdade de Ciências da Universidade *Eotvos lorand*, e posteriormente no Porto. Levantamento este, efetuado através da observação e análise espacial, assim como através da realização de entrevistas.

Os objetivos principais desta dissertação de Mestrado, são: analisar a evolução quanto ao número de estabelecimentos noturnos (restaurantes, bares, discotecas,) ao longo dos

últimos anos, no que respeita às áreas de estudo; identificar ações de política para a dinamização da economia da noite, ou somente de estimulação ao empreendedorismo (no que respeita ao investimento na criação de serviços ligados à hotelaria e ao turismo); procurar perceber a existência ou não de políticas relacionadas com regulação do consumo de álcool, segurança noturna e horários de funcionamento dos estabelecimentos (de modo a minimizar ruído e os seus efeitos).

CAPITULO 1 - OS CENTROS DE CIDADE: DO ESQUECIMENTO À NECESSIDADE DE REABILITAÇÃO

Quando nos referimos ao facto dos centros de cidade se terem visto, a dada altura, remetidos ao esquecimento, devemos perceber as causas que levaram a tal efeito, e neste contexto pode afirmar-se que o processo de suburbanização se enquadra na perfeição quando se procura perceber tais dinâmicas.

Este processo que começou a verificar-se com maior ênfase na segunda metade do Século XX, oferece destaque a um movimento onde as populações residentes nos centros cidade, se deslocam para as zonas situadas além dos seus limites, situação justificada maior pelo grau de desenvolvimento que nas mesmas se foi vincando, através da deslocação de indústrias, bens e serviços para esses locais.

Este processo ficou a dever-se a vários fatores: o acentuado crescimento demográfico nos grandes centros, o que fez com que as populações se fossem fixando nas áreas localizadas além dos limites das respectivas cidades; o aumento do nível de vida das populações que se traduziu no aumento do poder de compra, o que permitiu que a certa altura, grande parte das famílias pudesse comprar de um automóvel, o que lhes facilitava as deslocações entre a periferia (inicialmente dormitório) e o Centro de Cidade (onde se localizava inicialmente o emprego, e onde era possível encontrar os diferentes bens e serviços à disposição); as melhorias verificadas nas acessibilidades, que permitiam viagens mais rápidas e seguras entre as periferias e os Centros; e uma maior disponibilidade, na periferia, de terrenos com menor valor de solo, do que aquele que se verifica na área central, algo que foi de facto importante na atração de famílias mais desafogadas em termos económicos, que preferiram o espaço da vivenda na paz da periferia, ao pequeno apartamento, na azafama do grande Centro. Segundo Salgueiro (2013) *“O avanço do centro para novas áreas tem acarretado o declínio das que são libertadas e abandonadas. Muitos bairros encerrados pelas muralhas dos castelos desapareceram ou estão em vias de abandono total. O comércio e outras atividades de lazer que fizeram o sucesso dos centros terciários que eram objeto do passeio para ver montras e dos encontros nos cafés e pastelarias, entre o final do século 19 e durante a primeira metade do 20, entraram em estagnação e declínio nos anos 60.”*

Como consequências deste processo, em termos gerais podemos dizer que, embora tenha ajudado desenvolver nas áreas mais periféricas, que se viam assim munidas de população jovem, ativa e empreendedora, de atividades económicas geradoras de emprego, assim como de bens e serviços essenciais, complementados por uma cada vez mais desenvolvida rede de acessibilidades; embora tenha contribuído para descongestionar as áreas mais centrais, diminuindo males urbanos que deterioravam o nível de qualidade de vida verificado no seio das mesmas; este processo acaba também por apresentar implicações ligadas por exemplo ao meio ambiente e ao bem-estar, em resultado do aumento das deslocações pendulares entre a periferia e as áreas centrais, algo que faz aumentar os gastos energéticos e provoca maiores níveis de poluição do ar.

Os efeitos da Suburbanização também se estendem aos centros de cidade, que se viram assim parados no tempo, entrando em declínio, visto que ficaram deixados ao abandono por populações jovens e qualificadas, ativas e empreendedoras, que se deslocaram para as periferias em busca maior qualidade de vida, e ao “cuidado” de populações envelhecidas e/ou economicamente carenciadas, geralmente possuidoras de baixas qualificações e de parcas ambições empreendedoras, o que levava ao aparecimento de fenómenos de exclusão e de marginalização. Não só em termos socioeconómicos se verificam os efeitos da Suburbanização nos Centros de Cidade, mas também em termos estruturais, no que concerne às condições evidenciadas no edificado, que por norma, seja abandonado ou até mesmo habitado, se encontra em avançado estado de degradação.

Em Portugal, este processo começou a verificar-se em meados do Século XX, tendo maior repercussão nos dois maiores centros urbanos do país, Lisboa e Porto. No caso de Lisboa, onde os habitantes das áreas centrais, muitas vezes agastados com o aumento dos preços da habitação, sentiram uma motivação cada vez maior em procurar casa nas Zonas mais periféricas, algo que foi ganhando cada vez mais força por fatores já mencionados, como a descentralização de indústrias, bens e serviços para as periferias, como a melhoria das acessibilidades, ou como um mais rápido acesso aos veículos motorizados. Certo é que desde 1960, *“Lisboa representava mais de metade do total da população da AML (52.6%), seguido de Loures (6.7%), Oeiras (6.2%) e Sintra (5.2%). Em 1991 Lisboa representava 26.1% da população da AML, Loures 12.7%, Sintra 10.3% e Amadora 7.2%. Em 2001 o concelho de Lisboa representou 21% da população da AML, Sintra 13.6%, Loures 7.4% e Amadora 6.6%.”* (Xerez, 2008, pp. 3).

Na Hungria, este movimento começou a ganhar força após o fim do comunismo, mais propriamente no início dos anos 90, Situação que sucede dado que na altura, a sociedade média-alta de Budapeste começou a optar pela tranquilidade e ambiente oferecidos pelas zonas mais periféricas à cidade, onde também, em aproveitamento do baixo valor do solo, poderiam comprar uma casa maior. Nessa altura a zona urbana de Budapeste apresentava uma população de 2.016.681 habitantes, números que no ano 2009 baixaram para 1.712.210 habitantes.

Face a isto, tornava-se necessário promover mudanças que contribuíssem para uma significativa melhoria em relação aos efeitos relatados no que respeita aos centros de cidade.

Neste sentido, alguns autores fixam-se num novo processo, denominado pós-suburbanização, que segundo Zukin (1987, 1988) citado por Xerez (2008) “(...) *está associada à segunda fase do processo de renovação urbana e mobilidade social (...) Este fenómeno é determinado por vários fatores: apoios à reabilitação da parte de alguns governos e dinamização do mercado imobiliário através da oferta de casas e espaços disponíveis para habitação no centro das cidades.*” e que segundo os mesmos autores, fez com que se criassem “(...) *novos padrões residenciais que começaram a contrariar a perda de população*”. Um processo denominado *Moving to City*, ou reurbanização, que segundo Gogam e Proscio (2000) citados por Xerez (2008) passava a ser seguido por outras cidades, e cujas mudanças a ele inerentes iniciam “(...) *um novo processo que contraria o abandono e declínio que o centro tinha vivido durante anos ou até mesmo décadas.*”.

Ligado à pós-suburbanização está o processo de reabilitação urbana que segundo um artigo publicado pelo BEI (Banco Europeu de Investimentos) denominado “Sustainable Urban Renewal”, “*pode ter grandes impactos de coesão social e representa a melhor opção para promover a melhoria no valor do solo no centro da cidade*”.

Um processo muitas vezes confundido com a reabilitação de edifícios devido à associação que fazemos com a sua intervenção apenas física, no entanto, a reabilitação urbana sofreu uma evolução ao longo das últimas décadas devido à sua complexidade relacionada com os seus objetivos e princípios. Tornou-se, assim, necessário enquadrar o conceito de reabilitação urbana, não apenas, como uma intervenção no património edificado, mas também na sua intervenção em espaços públicos, surgindo a importância de conservar e

proteger a cultura, o ambiente, a economia e a sociedade para além da arquitetura dos edifícios existentes.

O conceito de reabilitação urbana sofreu muitas modificações durante as últimas décadas, tornando-se num conceito mais abrangente como já foi mencionado anteriormente, sendo que neste sentido se torna fulcral designar o conceito de reabilitação de edifícios como uma intervenção somente física.

Face a isto, a reabilitação de edifícios visa assegurar a sobrevivência de edifícios que se encontram muitas vezes degradados ou ao abandono.

Segundo o Decreto-Lei n.º307/2009 – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, o conceito urbanístico de Reabilitação Urbana é definido como “ *a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios.*”.

Já segundo o portal da Camara Municipal de Lisboa (CML), o conceito de Reabilitação dos Edifícios é definido como “ *...a forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às frações eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas.*”

Assim, a necessidade de reabilitar tem vindo a crescer, acabando por ser uma solução para diminuir vários dos problemas existentes no seio dos Centros de Cidade, problemas estes, por exemplo ligados à economia e ao ambiente, estando estes ligados, respetivamente, aos gastos despendidos na realização de construções novas, bem como ao aumento da poluição do ar causado pelas mesmas.

Na atualidade, em Portugal, podemos dizer que nos encontramos num contexto onde, em vez de continuar a adotar uma política expansão, optamos por uma política de aproveitamento dos recursos existentes, sendo que “reabilitar” acaba por ser uma das palavras de ordem. Na nova Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de Maio) podemos verificar que uma das dez inovações efetuadas em relação à revisão anterior passa pela *“Aposta na Reabilitação Urbana”*, reforçando que *“O foco do desenvolvimento do território estará na regeneração dos aglomerados urbanos já existentes. São regulamentados novos instrumentos de gestão do território, e assegura-se que a expansão urbana apenas decorrerá caso o aglomerado urbano se encontre esgotado face a novas necessidades”*.

Grande exemplo disso são as obras de reabilitação que têm sido levadas a cabo nos centros das mais antigas cidades Portuguesas, obras estas muitas vezes destinadas à habitação, quer para fins turísticos, quer de novos residentes, quer de residentes antigos. Obras que são também destinadas à fixação de serviços, normalmente ligados ao consumo e lazer.

Na Hungria, a necessidade de reabilitar apresenta um grau similar de importância visto que grande parte dos edifícios antigos existentes, são declarados como Património Mundial da Humanidade, pelo que não podem ser demolidos. Neste sentido, muitos deles, anteriormente de cariz industrial ou residencial, são aproveitados para a dinamização de atividades ligadas ao setor dos serviços.

Exemplo disso são as seguintes figuras, onde na primeira podemos verificar dois de quatro armazéns, construídos no bairro de Torokor em Budapeste, nas margens do rio Danúbio em 1881, para fins destinados ao suporte industrial, e que no início do corrente século se apresentava abandonado e delapidado.



Figura 1: Armazéns de apoio ao transporte de mercadorias – ano de 1881

Já na segunda figura, podemos verificar a ilustração daquilo que foi anteriormente referido. Os armazéns mencionados apresentavam-se, ao início do século XXI, abandonados e delapidados, algo justificado pela paragem da atividade industrial verificada em Budapeste, neste sentido, foi pensado e desenvolvido um projeto que visasse a renovação e uso dos armazéns, desta feita respeitando as necessidades vigentes nos novos tempos. Foi assim criado o Balná Budapest, um Shopping Center, aberto em Novembro de 2013, e que é paragem obrigatória a turistas que crescentemente visitam a cidade.



Figura 2: Bálna Budapest – ano de 2013

Por tudo isto se considerar a reabilitação urbana, um importante motor para o renascimento dos velhos centros de cidade; não só um renascimento estrutural, mas também social e económico, através do qual se ganha reaparecimento de população jovem, qualificada, empreendedora, que vem à procura de um lugar central onde possa morar ou no qual possa investir, ou para visitar, quer numa ideia de enriquecimento cultural ou simplesmente de lazer ou recreação, numa realidade em que as entidades decisoras e operacionalizadoras (publicas ou privadas) ostentam um carácter marcadamente nobilitador.

E é neste sentido que se torna pertinente relacionar o processo de reabilitação urbana com uma dinâmica refletida por um centro de cidade dotado de um carácter mais voltado para as elites, a qual pode ser denominada como nobilitação urbana, ou gentrificação que, segundo Hammett (1991), "...envolve tanto uma mudança na composição social de uma região e seus moradores, tanto a alteração da natureza do parque habitacional".

Segundo Slatter (2011), este processo, geralmente *"...ocorre nas áreas urbanas onde o desinvestimento anterior ao nível das infraestruturas urbanas, cria oportunidades rentáveis de reconstrução. Ocorre também em sociedades onde existe perda ao nível do emprego no setor industrial, e crescimento ao nível do emprego no setor dos serviços, o que leva a que um crescente número de profissionais de classe média opte por viver no centro das cidades, rejeitando assim os subúrbios."*

Geralmente verifica-se quando determinado espaço, que anteriormente seria provido de edifícios degradados ou abandonados e que possuíam como residentes, populações cujo poder económico solicitaria baixos valores de arrendamento, sofre um processo de renovação, com a valorização imobiliária - pois a reabilitação e regeneração dos edifícios vai despoletar um aumento considerável das rendas - mas também no que concerne à composição social,

Pois face à valorização imobiliária verificada, ir-se-á vislumbrar por um lado, a deslocação dos residentes mais frágeis em termos económicos para outros locais cujo custo da renda seja mais suportável. Segundo Beauregard (1986), *"...A maioria afetados estão à margem do mercado de trabalho ou fora dele: os idosos, mães solteiras, as famílias da classe trabalhadora, os desempregados, muitos sub-empregados e os indivíduos próximos da linha de pobreza."*

Por outro lado, será constatada a chegada de populações com maior poder económico, mas também cultural, *"Ela envolve a renovação física ou reabilitação do que era frequentemente um parque habitacional muito deteriorado, e sua modernização para atender às exigências dos seus novos proprietários. No processo, o parque habitacional nas áreas afetadas, tanto o renovado como o não renovado, passa por uma valorização significativa dos preços."* (Hamnett 1984, p.284: citado por Carter 1995, p.294).

A origem do termo remonta a 1964, quando a socióloga britânica Ruth Glass procurava analisar as alterações observadas na estrutura social e mercado habitacional em determinadas zonas do interior de Londres. Observando a realidade em análise, Glass (1964) refere que *"Um por um, muitos dos bairros da classe trabalhadora foram invadidos pela classe média - alta e baixa... Uma vez que este processo de "gentrificação" começa num bairro e ocorre rapidamente, até que todos, ou a maioria dos ocupantes da classe trabalhadora, são deslocados, e todo o carácter social do bairro é alterado"*.

Inicialmente, as definições de gentrificação concentravam-se mais no mercado imobiliário residencial e da reabilitação das propriedades existentes; algo que tem vindo a alterar-se com a inclusão dos terrenos vagos que geralmente possuíam anteriormente um cariz industrial e têm vindo a sofrer um processo de regeneração, assim como de antigos bairros outrora habitados pela classe operária e são agora residências de luxo.

Smith (2002) citado por Atkinson e Bridge (2005), considerou que *"a definição do termo sofreu mais uma vez, uma ampliação, para se tornar uma nova forma de política urbana neoliberal."* Atkinson e Bridge (2005) consideram também que *"Inicialmente confinado às cidades ocidentais, a gentrificação espalhou-se globalmente (...) incluindo cidades como Xangai, Sydney e Seattle..."*, referindo também que *"...o processo agora também pode ser observado em centros regionais, como Leeds, na Inglaterra e Barcelona, na Espanha."*

Além do carácter residencial enunciado, o processo de Gentrificação apresenta também um cariz funcional. Se por um lado se relaciona com a atração de novos residentes, apresenta-se por outro lado, ligado à atração de jovens empreendedores, que investem na reabilitação dos edifícios abandonados, os quais destinados á dinamização de atividades económicas, em grande parte ligadas ao consumo e ao lazer.

Em Portugal, é um processo que se tem vindo a instalar de forma crescente, nomeadamente nas áreas centrais, as quais apresentavam edifícios degradados e abandonados ou, onde estariam alojadas, populações de baixos padrões socioeconómicos. Segundo Salgueiro (1994), *"Estes processos que envolvem com muito mais frequência do que no passado, a reabilitação de edifícios e conjuntos herdados, estão a trazer para o centro populações de recursos económicos elevados que disputam os benefícios da centralidade aos marginalizados pelo crescimento económico, também eles mais numerosos."*

Bom exemplo disso é o que tem acontecido na Rua Nova do Carvalho, no Cais o Sodré em Lisboa, foi em tempos um local não muito bem frequentado, marcado pela prostituição e pelo crime. Até que em 2011 começou uma obra de recuperação da rua, que passava pelo fomento da recuperação, requalificação e limpeza da rua, pelo alerta a uma melhor ordenação das esplanadas, para a melhoria da iluminação, bem como para a potencialização de novas valências de comércio e atividades em diferentes horários. Face

a isto, é uma rua cada vez mais visitada, quer pelos *city users* , quer por turistas de todos os cantos do mundo.



Figura 3: Rua Nova do Carvalho, Cais do Sodré, Lisboa

Na Hungria, e face às consequências advindas do processo de suburbanização, ligadas à quase ausência de população residente nos principais centros de Cidade, foram também, maioritariamente a partir do início do século, encetados projetos de renovação dos edifícios mais antigos, que posteriormente viriam a ser usados para fins residenciais, dos quais usufruíam maioritariamente, estudantes universitários ou trabalhadores qualificados, ou para fins mais ligados ao consumo e ao lazer. Estes investimentos eram na sua totalidade de origem privada, mas eram feitos com a autorização do governo local, que cada vez mais os foi encarando como uma fonte de atração e riqueza, num país que procura também sobreviver à crise económica.

Para tal, têm sido preconizadas medidas de reabilitação física dos espaços, que poderiam ser destinados seja para espaços residenciais, seja para espaços destinados ao consumo, lazer (gentrificação comercial) e demonstração de talento, que potencialmente seriam também frequentados por turistas e estudantes, mas que também seriam foco de atração por parte dos *City Users*, que passavam a encarar o centro de cidade como um espaço de evasão. Segundo Fernandes (2013) “*O aumento dos utilizadores das cidades, turistas e*

outros visitantes (em Lisboa, Porto, Funchal e Évora, sobretudo, mas também em Coimbra e Guimarães e um pouco por todo o país), ou os estudantes universitários em muitas das principais cidades (com especial evidência em Coimbra, Braga e Aveiro), assim como a visita complementar à praia em Faro, Lagos ou Tavira (por exemplo) desempenham um papel especialmente importante na revitalização e criação de valor no tecido antigo, dinâmica reforçada pela classificação como Património da Humanidade pela UNESCO no caso de Porto, Évora e Guimarães, por várias estratégias de “turistificação” e pelo incremento dos voos low-cost e popularização do city-break.”

No que concerne à questão do consumo, e pegando na afirmação de Salgueiro (1996), *“[a] sociedade de abundância trouxe o consumo para o centro e motor da vida ao atribuir-lhe conotações simbólicas, que se encontram para além do valor de uso dos bens e serviços e contribuiu para a expansão duma cultura hedonista e de juventude que não se dirige só aos jovens e mesmo às crianças, transformados em segmentos de mercado, como rapidamente invadiu como desejo-objeto a cultivar os outros escalões etários. Crescem as preocupações do público-consumidor com o ambiente, enquanto o aumento do tempo livre requer ocupação cada vez mais suscetível de comercialização, por via de equipamentos, serviços ou infraestruturas”.*

Pode dizer-se que se começou a verificar, a partir da segunda metade do Século XX a manifestação de novos padrões de comportamento, originada pela melhoria significativa do nível de vida das pessoas, surgida em resultado da melhoria das condições de trabalho.

Face a isto, as pessoas, crescentemente influenciadas e incentivadas por uma fortemente concorrencial e massificadora, política de marketing, passavam a privilegiar a procura de uma maior qualidade de vida, que se manifestava no grau de consumismo que era cada vez mais verificado na valorização dos tempos livres, ligados a práticas associadas ao lazer, ao Turismo e à Cultura.

Era o aparecimento das Novas Classes Médias, que uma vez que já tinham visto satisfeitas as suas necessidades básicas, partiam então em busca de novos prazeres, e novos saberes. Neste sentido, o ator social passava a dividir a sua vida em três tempos distintos, os quais segundo Mimoso (1998) afirmam serem *“...Tempo de Trabalho, Tempo de Descanso e Tempo Livre...”*, sendo que, segundo o mesmo autor, *“...este último utilizado essencialmente para atividades de Lazer.”*

O lazer que, segundo Dumazedier citado por Santos (2011), “(...) é entendido como valor social, ao integrar, para além do descanso, o divertimento e o desenvolvimento. Capaz de orientar uma parte significativa da vida das pessoas, que passam a trabalhar para viver em vez de viver para trabalhar (...)”, o mesmo autor reforça que “(...) o lazer atinge uma valorização que se expressa em diversos campos de atuação, muitos deles, até então, separados e mesmo mutuamente inibidores (...)”.

O lazer é também encarado como fonte de riqueza, Gomes & Elizalde (2012) consideram-no mesmo como “(...) gerador de lucro a serviço da economia, e não necessariamente como uma forma de possibilitar uma maior qualidade de vida dos seres humanos (...)”.

Segundo Salgueiro (2013), “As áreas de lazer desdobram-se entre novos equipamentos de cultura (museus, aquários, salas de concertos) com forte conteúdo simbólico, zonas variadas de diversões, bares e restaurantes, pré-existentes, mas renovados ou criadas de novo. Caso particular, onde produção e consumo se combinam, é dado pelos bairros culturais e criativos com diferentes configurações e localizações, mas sempre definidos pela concentração de atividades ligadas às artes, ao design, à moda, à música, ao vídeo e à comunicação, que atraem também restaurantes bares, discotecas com ambientes mais ou menos alternativos.”

A noite é muitas vezes a fase do dia em que as populações têm mais disponibilidade para se poderem recriar ou descontraír depois de um dia de trabalho ou de estudo. Face a isto pode considerar-se a noite como um pretexto para o consumo e lazer, e consequentemente para a revitalização social e geração de riqueza, fatos que levem a pensá-la como um importante motor de regeneração e desenvolvimento dos velhos centros de cidade, promovendo estratégias para a sua valorização, mas também para a sua regulação, questões que virão aprofundadas no seguinte capítulo.

CAPITULO 2 - A ECONOMIA DA NOITE: E A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE CIDADE

“A temporalidade da noite apresenta espaços físicos nos quais tomaríamos consciência de nossos corpos, sexualidades e prazeres, cujas existências seriam negligenciadas nos espaços produtivos diurnos”

(Lefebvre, 1974)

2.1. A Noite aos olhos da Sociedade – Desde o medo a uma necessidade de evasão

A Noite, durante toda a Idade Média, era associada na Europa, á sua escuridão, assim como a práticas que representavam o pecado. Sendo desta forma interdita a todos, qualquer que fosse a classe social ostentada.

Segundo Vidler (1992), *“Até ao século XVIII, a sociedade europeia continuava assombrada pelo seu medo do escuro, sendo considerados patológicos e ameaçadores moralmente os espaços da escuridão, capazes de corromper e despersonalizar o indivíduo burguês”*.

Para este autor, o medo do escuro influenciava a arquitetura, quer doméstica, quer dos espaços públicos, onde a ideia era eliminar todo e qualquer bairro, ou rua carecida de luz. A eliminação pública, implementada no Século XIX, por meio de lâmpadas elétricas, eliminava a escuridão e ajudava a diminuir medos noturnos.

Para Roberts e Eldrige (2009), *“(...) o advento da iluminação pública noturna é central na exata noção de cidade moderna, por inserir-se na importância do controle sobre a natureza na Modernidade além de permitir o uso das ruas à noite pelos cidadãos com maior segurança.”*.

Assim, a noite adquire, com a entrada no Século XX, um maior nível de segurança e comodidade, algo que viria a contribuir para o quebrar de uma fronteira que poderia vir a ser lucrativo.

Mais recentemente, percebemos que a economia da noite passa a ser compreendida como desviante, visto que ainda existia uma certa suspeição relativamente a possíveis vícios, ou até mesmo ao aumento da criminalidade. Contudo, os espaços de diversão noturna

tornavam-se cada vez mais importantes, numa economia pós-fordista toldada pelos serviços e pelo crescente consumo, onde a competição entre lugares Urbanos se tornava cada vez maior.

O conceito “cidade 24 horas” foi uma das medidas preconizadas pelas administrações de muitos dos centros de cidade, que procurando aumentar a competitividade, incentivavam a criação de bairros noturnos, e flexibilizavam os horários de funcionamento dos estabelecimentos existentes nos mesmos, olhando a “boémia” como uma alternativa de acumulação de capital e construção de uma imagem dinâmica que suscite a atração de turistas, novos moradores, e principalmente de novos investimentos.

Contudo, estas cidades depararam-se com colateralidades: “desordem”, violência juvenil, excesso de álcool e “drogas leves”, reclamações de moradores contra barulho e tráfego intenso. Para amenizar estes dados, a vida noturna seria alvo de regulações, novos zonamentos e horários restritivos, em contrapartida as medidas adotadas posteriormente foram acusadas de “matar” a noite, prejudicando-a sua imagem de centro de lazer e como polo turístico, fomentando a resistência civil organizada pelo *direito à noite*.

2.2. A economia da noite

“O que importa não é passear de noite, mas deixar a noite passear-se em nós.”

Mia Couto

Segundo Hanningan (1998), a economia da noite refere-se “...à gama de atividades de lazer e experiências relacionado com padrões de socialização coletiva noturna e entretenimento, incluindo beber, comer e prática criativa”.

Num sentido mais amplo, Lovatt & O'Connor (1995), referem que “A economia da noite é uma manifestação notável da relação complexa e dinâmica entre as economias sociais, culturais e materiais das cidades, com ênfase em lazer e estilo de vida”.

Este conceito começou a ganhar destaque na década de 1990, quando se pretendeu promover alterações à organização das práticas noturnas, em ambientes especialmente urbanos. Segundo Rowe (2007), “Diferentes ritmos de trabalho, de lazer, e dos usos dos espaços da cidade, bem como o aumento da importância económica do sector dos serviços (especialmente do turismo), tem promovido a ideia de uma cidade 24 horas com as mais fluidas e diversas atividades de lazer, particularmente de natureza “cultural-intelectual””.

Face a isto, Jones et al (2003) citado por Pinto (2012), considera três fatores reveladores de uma grande importância no que respeita ao desenvolvimento da economia da Noite, sendo estes “ser um bom negócio para a regeneração urbana; a indústria do lazer possuir um grande potencial para gerar empregos e novos edifícios; o aumento da procura por atividades de lazer e o aumento do poder de compra dos jovens”

Segundo Gregson et al. (1999), “A desregulamentação do mercado de trabalho, substituiu progressivamente os dia e turnos de trabalho por vários ritmos de trabalho que passavam a ser uma tarefa orientada, contratual e ocasional, produzindo nova lazer urbano e necessidades e ritmos culturais”. Neste contexto, e segundo (Stevenson, 1998), “O centro das cidades são, simultaneamente, novamente desenvolvidas para alojamento, restaurantes, clubes, hotéis, cafés, lojas, teatros e parques de lazer”. Na verdade, estes distritos culturais, de entretenimento, e residenciais, tornavam-se elementos centrais do estabelecimento da economia da noite urbana.

Como forma de representação cultural, a economia da noite, veio a tornar-se o símbolo de um novo cosmopolitismo, algo que leva até que alguns académicos considerem que

esta contrasta com a conformidade existente das horas diurnas. Apesar de muitas vezes se pensar ser exagerada a credibilidade dada às medidas de intervenção que levam à dinamização da economia da noite, torna-se por demais evidente - onde quer que esta seja promovida - a sua importância em termos daquilo que foi e continua a ser o desenvolvimento de novos estilos de vida verificado nos grandes centros, assim como o investimento que esta pode suscitar, os postos de emprego que esta pode ajudar a criar, sem esquecer a riqueza que esta pode gerar por via das receitas adquiridas com os consumidores.

Além disso, e segundo Stevenson & Paton (1999), *“esta economia cultural noturna urbana e sua estimulação local, foram vistas como mecanismos de muito sucesso para a revitalização das cidades, outrora dependentes da fábrica e da indústria pesada.”*.

Na economia da noite, onde bares, discotecas, cafés ou restaurantes vão sendo cada vez mais, inseridas numa paisagem histórica, num processo que visa motivar uma cada vez maior atração populacional, seja num pretexto de enriquecimento cultural, ou, seja simplesmente de sociabilização e evasão, mas sempre na ideia de tornar o centro um local mais vibrante, cuja oferta deverá ser destinada a todos.

Segundo Nofre (2013), *“Ao longo das últimas três décadas, muitas cidades em todo o mundo remodelaram seus espaços, principalmente por meio de estratégias lideradas para a regeneração urbana. Novas formas de organização social, lazer e consumo cultural, entre outros fatores (...) levaram à conversão de muitos centros urbanos em parques temáticos urbanos”*, neste seguimento Nofre (2013) afirma que, *“Neste processo, a vida noturna desempenha um papel fundamental em ajudar a transformar o processo de internacionalização da cidade e sua marca de construção urbana”*.

2.3. A vontade de dinamizar e a necessidade de regular

Apesar do imenso potencial social, cultural e económico que possui, a economia da noite tem sido alvo de forte controvérsia, no que respeita a políticas de planeamento urbano, de segurança e administração pública, entre aqueles que apoiam a estimulação da dinamização da economia da noite, e os que apontam à implementação de normas restritivas.

De um lado, estão aqueles que vêem a dinamização da economia da noite como altamente benéfica, face ao potencial que evidencia, no que refere ao poder de contrariar o declínio verificado nos centros de cidade, e criar novos comportamentos sociais.

Do outro lado, e segundo Chatterton & Hollands (2002), estão *“as questões de ordem social, policiamento e prevenção do crime vieram para a frente com cada vez mais demandas urgentes para combater o comportamento antissocial e violência por parte de jovens envolvidos em abastecimento público coletivo e “discotecas”, mas também questões ligadas ao ruído, que preocupam sobretudo os moradores locais, crescentemente preocupados com toda uma gama de atividade antissociais e criminais, entre as quais se podem incluir, o vandalismo, assaltos, tráfico de droga, prostituição, e acidentes diários propiciados pelo consumo excessivo de álcool ou estupefacientes.*

No que concerne à visão dinamizadora e segundo Rowe *et al* (2008), *“De acordo com os advogados de planeamento cultural, a facilitação bem-sucedida das economias noturnas vibrantes, e recintos de entretenimento poderia: fornecer soluções para os problemas de ordem pública; desenvolver a vitalidade cultural e da comunidade; rejuvenescer os recintos em declínio do interior da cidade; melhorar as economias locais (através do crescimento do emprego e do turismo); criar mais oportunidades para a produção e consumo de arte e cultura.”*. Para se equilibrar uma atividade noturna algo desordenada, torna-se necessário promover a atração de pessoas, rumo a um centro reinventado, possuidor de um leque de opções referentes a práticas de cariz cultural e de sociabilização.

No que respeita à visão mais voltada para as políticas de regulação e prevenção dos problemas inerentes ao processo de dinamização, pode dizer-se que quando se faz uma revisão de literatura relacionada com a questão, constata-se uma grande referência ao facto de, com estes, estarem relacionados problemas de ordem pública, pelo que se defende uma maior necessidade de vigilância. Segundo Briscoe & Donnelly (2001); e Finney (2004), *“Dados e estatísticas de criminalidade retirados da polícia e de relatórios*

de hospitais, têm destaque como material de apoio para iniciativas locais, regionais, nacionais, que abordam os problemas da economia noturna, na prevenção de desordem pública, agressões e lesões”. Segundo Tomsen & Homel (1991); Homel & Tomsen (1993); e Homel et al. (2001), que relatam um estudo efetuado na Austrália, sobre as maiores preocupações políticas relativas a esta questão, “A natureza influente desta abordagem sugere que, apesar da recente proliferação de opções de lazer noturnos em ambientes urbanos, os órgãos reguladores continuam preocupados com os problemas decorrentes de práticas culturais socialmente enraizadas que giram em torno do consumo de álcool.”. Os mesmos reforçam também que as entidades decisoras deste País, deveriam concentrar-se em questões como “A natureza da relação entre o uso de álcool e violência pública; as estratégias de intervenção que visem a formulação de acordos de venda de álcool com potenciais vendedores; a determinação de locais de “Pontos quentes” e regulações mais estritas de “segurança””.

Outra das questões que preocupa as várias entidades, prende-se com o ruído que se faz muitas vezes sentir em muitos dos bairros boémios, o que já têm sido alvo de medidas de regulação. Entre essas medidas, regulamentação dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de diversão noturna, e o modo como estes usufruem das atrações (musica ao vivo, acústica ou amplificada), ou dos equipamentos (aparelhos emissores de som (com ou sem amplificação) ou mesas de mistura) que possuem, a partir de determinada hora do dia.

2.4. Abordagens estratégicas e reguladoras em alguns dos grandes centros mundiais.

Tem sido efetuada uma contextualização e um enquadramento concetual referentes ao tema em estudo, é feita agora uma abordagem mais particular, onde são dados exemplos práticos de como o processo de dinamização e regulação da economia da noite é abordado em alguns dos mais importantes centros de cidade espalhados pelo mundo.

2.4.1. Shoreditch, Hackney, Londres

Shoreditch é o bairro principal do borough londrino de Hackney, onde a economia da noite tem, segundo a Urban Predictioners (2007) “...*experimentado um crescimento rápido desde meados de 1990.*”.

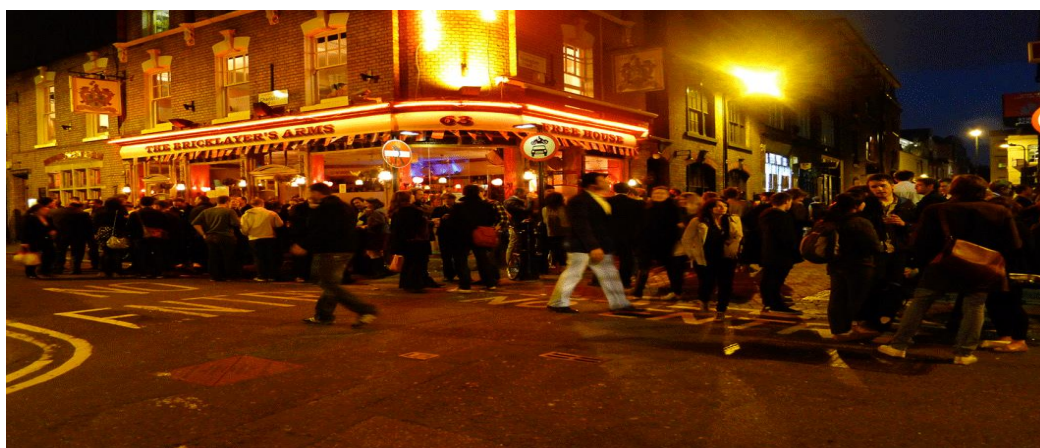


Figura 4: Shoreditch, Londres.

Evolução que começou muito por causa da fixação de artistas, que procuravam um local barato para viver bem como para dar asas ao seu talento e criatividade.

Esta nova população alimentou o crescimento significativo na economia noturna e locais como as discotecas Blue Note e Bricklayers Arms, começaram a atrair jovens, pessoas criativas para a área.

Em resultados de uma pesquisa de campo, descobriu-se que havia dez pubs, onze bares, vinte e dois bares-restaurantes dezanove restaurantes, quatro discotecas e sete *take away*

na área de estudo. Destes, nove bares, dezoito bar-restaurantes, treze restaurantes, 4 pubs e quatro discotecas estavam dentro do SPA (Special Policy Area). A maior parte da atividade económica noturna ainda está localizado dentro do Shoreditch Triangle, Hoxton Square e na ponta sul de Kingsland Road.

No que respeita ao contexto legislativo, pode dizer-se em 2003 foi introduzida uma nova legislação, isto de forma a, segundo (Urban Predictioners (2007), *”...gerir este crescimento e minimizar quaisquer impactos negativos que a atividade noturna estava tendo sobre a área.”*.

Face a isto, o ato de licenciamento (2003) introduziu as reformas mais significativas dos últimos tempos e entrou em vigor em Novembro de 2005, as quais visavam estabelecer um sistema único integrado para o licenciamento de instalações que são usadas para o fornecimento de álcool, para proporcionar entretenimento regulamentado ou para licenciar um horário de funcionamento mais alargado.

Entretanto eis que surge a Declaração de Hackney, de 2005, a qual vem dar conta de preocupações ligadas aos problemas que surgem ligados a esta pratica, expondo assim como objetivos principais: prevenção do crime e da desordem; promoção da segurança pública; prevenção de perturbação da ordem pública; proteção das crianças contra danos.

Preocupada com os impactos associados com instalações licenciadas dentro dos termos da lei de 2003, a política de licenciamento de 2005 estabelece uma serie de políticas específicas que se relacionam com as seguintes áreas: crime e desordem; segurança Pública; perturbação da ordem pública; a proteção das crianças contra danos; controle de planeamento e construção; requisitos para declarações provisórias; requisitos de certificados de instalações e de clubes; requisitos para licença pessoal; requisitos para avisos de eventos temporários; requisitos relativos às horas de licenciamento; e áreas de política especial.

A mudança verificada no que respeita à da legislação, seguiu-se outra, mas ao nível das políticas de planeamento relacionadas a economia da noite. A nova lei de planeamento, que entrou em vigor em 2004, estabelece uma série de alterações legislativas para as reformas do sistema de planeamento, as quais foram projetadas para tornar a preparação de planos de desenvolvimento mais convenientes, aumentando o nível de flexibilidade e envolvimento da comunidade.

Em 2005 foram adotadas medidas que ditaram a divisão por classes, dos vários estabelecimentos de diversão noturna existentes no centro histórico de Shoreditch: por exemplo, a anterior classe A3, destinada aos estabelecimentos de venda de Comida e Bebida foi subdividida, estando agora em vigor o seguinte sistema de classificação: A3: restaurantes e cafés - venda de alimentos e bebidas para consumo no local; a classe A4 ficou destinada a estabelecimentos vendedores de bebidas, como bares e wine bars; sendo a classe A5 destinada aos Takeaways.

Desta forma as novas classificações forneceriam mais controlo sobre a economia noturna, sendo que por exemplo, já não seria possível a um café, alterar a sua atividade principal, sem que antes tenha de pedir permissão aos órgãos de planeamento.

Em fevereiro de 2006, o camara de Hackney publicou o Documento Suplementar de Planeamento, o qual fornecia uma estrutura que visava equilibrar os objetivos e manter o carácter histórico e identidade do território, enquanto incentivava e facilitava o desenvolvimento adequado para promover o crescimento económico.

Este documento destacava a importante contribuição da economia noturna poderia dar para promover Shoreditch como um lugar inclusivo e vibrante.

No entanto, o documento classificava Shoreditch como uma área que se encontrava em “ponto de saturação”, fazendo referencia a recomendações publicadas no documento *Hackney Night-time Economy Evidence Base Study* (2005), sendo estas, segundo a Urban Predictioners (2007): “a restrição de usos residenciais na Shoreditch Triangle em favor do desenvolvimento residencial na parte sudoeste da Grande Rua Oriental; a promoção de um equilíbrio de usos na área; a retenção de parcela dos tamanhos para desencorajar os ‘Superpubs’... ”.

No que respeita à desordem e à criminalidade que embora dispensáveis, podem sempre advir da dinamização da economia da noite, pode dizer-se que ao longo dos últimos anos tem vindo a ser encetadas políticas de legislação que sirvam para combater tais implicações.

Em 2003 foi publicada a lei de comportamento antissocial, anuncia uma série de novos poderes, muitas das quais, diretamente relacionados com atividades associadas a economia da noite, sendo os mais importantes; o uso ilegal, produção ou fornecimento de drogas leves; aumento dos poderes das autoridades locais para fechar boates barulhentos

por um período de 24 horas; lei que também exigia que as autoridades locais, polícia e outras agências chave identificassem e aplicassem normas claras de comportamento.

Em 2006 seria publicada a lei de redução de crimes violentos que previa poderes adicionais significativos à polícia e às autoridades locais para que pudessem combater a criminalidade relacionada com álcool e armas, dava também poderes às autoridades locais, para que estas designassem zonas de desordem, onde os problemas mencionados sucedessem com maior frequência e intensidade.

2.4.2. Amesterdão

Amesterdão é uma cidade conhecida pela sua noite vibrante, a qual atrai turistas oriundos de várias partes do mundo. O jornal The Guardian (2010) destaca como ponto de principal para esta prática, a praça *Rembrandtplein*, construída no século XVIII. Segundo o mesmo jornal, esta possui “*uma grande quantidade de bares, cafés e discotecas, atraindo assim uma juventude enérgica.*”



Figura 5: Amsterdão

No entanto, Amesterdão também começava a vivenciar as implicações inerentes a dinamização da economia da noite. Até há pouco tempo, os clubes noturnos de Amesterdão eram obrigados a fechar as portas por volta das quatro horas da manhã em dias de semana e das cinco horas da manhã nos fins-de-semana. Como resultado, o barulho e desordem nas ruas aumentava drasticamente durante esse período de tempo.

Face a tais atos menos recomendados, tornava-se necessária a aplicação de medidas de regulação que pudessem reverter a situação. Nesse sentido, em 2014, seria eleito por Amesterdão, um presidente da câmara para a noite. Uma ideia inovadora, ainda que já tivesse sido proposta em 2003. O CityLab (2016) explica este facto enunciando que “*Muitas vezes, os responsáveis públicos vêm a existência de uma vida noturna na sua cidade com suspeição, um doppelganger sinistro da cidade diurna, à qual acrescentamos crime, sexo e ruas sujas*”.

Mirik Milan, antigo empresário da noite, seria o eleito para a função, que lhe permitiria gerir a cidade entre o período compreendido entre as 20 horas e as 8 horas, zelando pela promoção dos espaços noturnos existentes, mas também salvaguardando a integridade dos moradores, garantindo que estes não são incomodados por aqueles que se querem divertir.

Neste sentido, Mirik Milan levou a que as discotecas pudessem fechar as portas mais tarde, ajudando a criar um pacote de 10 licenças para 24 horas de atividade destinadas as discotecas, localizadas em áreas suburbanas e pouco povoadas, algo que tornou a área central mais calma. Considerou ainda que *“Muitas vezes, quem frequenta um clube noturno não quer ir para casa às 4h. O facto de um clube não ter obrigatoriedade de fechar as portas a essa hora significa que 1.000 pessoas não são despejadas ao mesmo tempo para as ruas. Assim, elas saem a horas diferenciadas, a partir das 3h e até às 8h. Isto é melhor para o bairro mas também para o clube, que pode contratar mais DJ e vender mais bilhetes”*.

Também contratou uma equipa de dez *“agentes da noite”* que todas as sextas-feiras e sábados percorre as ruas da cidade, tentando acalmar as discussões, orientando os visitantes para um comportamento correto, pensando também nos moradores. *“Não são polícias nem seguranças. São amigos das pessoas e tentam explicar-lhes as regras”*, frisa.

A eleição deste presidente de câmara para a vida noturna veio de facto contribuir para que Amesterdão reaparecesse de *“cara lavada”*, uma cidade mais calma, sem distúrbios, e com uma noite sempre vibrante.

2.4.3. Barcelona

Este terceiro exemplo é também considerado emblemático no que respeita a promoção e dinamização da economia da noite, visto que se apresenta repleto de estabelecimentos concebidos para o efeito, algo que, junto de outros atributos, faz desta cidade um destino muito apetecível aos turistas.



Figura 6: Bairro de La Gràcia, Barcelona

A vida noturna de Barcelona está dividida em várias áreas, entre as quais se podem destacar os bairros de Raval, de Born e de la Gracia, sendo que todos eles, em especial durante o Verão, fervilham durante toda a noite. Contudo, mais uma vez se fazem sentir as implicações, estas principalmente ligadas ao ruído, das quais vieram a surgir imensas queixas por parte de moradores,

Segundo o artigo *“Les Molesties Per Sorolls i Llicencies Ambientals: els Espais d’oci Nocturn”* (2012), são inúmeras as queixas por parte de moradores, incomodados pelo ruído causado por frequentadores dos espaços de ócio noturno, como um residente no bairro de Bethoven, se queixou do ruído que o atormentava há muito tempo, como resultado da concentração de pessoas nessa área durante a noite. Em particular, relatou desconforto decorrente de suas atividades estabelecimentos públicos.

Depois de estudar essa queixa, o provedor da justiça sugeriu que a Câmara Municipal deveria fortalecer a presença da polícia na área, intensificar a vigilância em pontos e horários em que há mais presença clientes na rua, os quais podem causar mais transtornos para os vizinhos, assim organizar e realizar testes para álcool e drogas. Neste seguimento pode ler-se numa notícia publicada no El Periódico de Barcelona (2014), que o Vereador do Ambiente da Cidade de Barcelona, Joan Puigdollers, durante a apresentação do mapa de ruído da capital catalã, afirmou que *“poluição sonora tem diminuído nos últimos cinco anos em nove dos 10 distritos.”*.

No entanto, é na cidade velha, mais frequentada por turistas, que o ruído se mantém, sendo que para regular tal situação foi decidido promover *“o dobro da presença policial, bem como de mediadores”* (El Periódico, 2014).

Tudo isto tendo em vista tornar mais saudável o ambiente entre os atores ligados ao ócio noturno - quer numa perspetiva de empresário, quer numa perspetiva de cliente – e aos moradores da cidade velha, que procuram maior tranquilidade.

2.4.4. Paris

A cidade da luz e outro dos exemplos no que concerne a boas práticas de dinamização e regulação da economia da noite.



Figura 7: Paris.

Em Dezembro de 2010 foi realizado em Paris, um debate relativo aos Estados Gerais da Noite, na qual o geógrafo Luke Gwiazdzinski, terá dito que *"Durante muito tempo a noite foi simplesmente o tempo de descanso social. Hoje estamos na companhia de tempo contínuo. Os conflitos entre a cidade que dorme, aquela que se diverte e aquela que trabalha, tende a aumentar se não houver reflexão real é liderada para pensar a cidade como um todo"* Gwiazdzinski (2010) citado por Le Monde (2010).

Segundo o LeMonde (2010), *"Em Paris, mais de 45% dos parisienses ainda a trabalha depois de 20 horas. 25% deles trabalham durante toda a noite, isto sem mencionar empresas ligadas a Noite (teatros, cinemas, bares, restaurantes, discotecas ...)"* e a cidade tem *"...cerca de 200 casas noturnas e 850 estabelecimentos abertos após 2:00."* Por isso *"... a tensão é sentida ao anoitecer. bares, clubes e restaurantes vivem ao ritmo de reclamações de moradores alimentados com o ruído dos clientes espalhados pela calçada, em resultado da proibição de fumar em locais públicos, em vigor desde Janeiro de 2008."*

No que concerne a propostas de medidas a tomar, de forma a solucionar os problemas relatados, pode ouvir-se, entre outras medidas, o uso de mímicos e palhaços pedindo aos foliões para se manterem calmos na vizinhança de casas noturnas. Uma ideia que já havia sido posta em prática em Barcelona, e que, de acordo com Mao Pénino (vice-presidente da camara municipal de Paris) *"Esta será a arte da performance em silêncio, passando a mensagem com humor, [...] uma forma de mediação que pode ser mais adequada a pessoas que estão a fazer a festa" ou a fumar nas ruas perto dos bares."*

Em Dezembro de 2014, no seguimento dos Estados Gerais da Noite, e de modo a permitir a consulta e estruturação de todos os atores da vida noturna parisiense, foi criado o *Le Conseil de la Nuit* (um dos departamentos da camara municipal de Paris).

"Sair, divertir-se, festejar a noite, é, para muitos, sinónimo de alegria e entretenimento. Longe de ser apenas um momento de celebração para os notívagos, a noite e também para outras áreas: trabalho, serviços, saúde, transportes, cultura, de segurança, de prevenção e, obviamente, para descansar.", pode ler-se na página oficial do referido conselho.

Na sua página oficial pode também verificar-se que esta entidade acompanha a cidade de Paris em seus esforços para desenvolver uma política de desenvolvimento participativo e promoção combinando vida noturna, prevenção e controle, reforçando assim que pretende combinar o respeito pelo sono dos moradores, o desejo de sair dos notívagos, as condições de vida dos trabalhadores noturnos e o desenvolvimento económico e cultural das atividades noturnas.

É uma entidade interdisciplinar, onde pontuam profissionais das mais variadas áreas, que de forma integrada gerem a noite de Paris, procurando estabelecer um equilíbrio entre aquilo que é a sua dinamização e aquilo que é a sua regulação.

O *Conseil de la Nuit* é constituído por uma Assembleia Plenária da Junta de Freguesia, assim como pelas instituições: Cidade de Paris, Policia, Camara Municipal, Escritório Regional turístico "Conselho-de-França"; associações de residentes, de prevenção, luta contra a discriminação, à mediação, à cultura, de estudantes; organizações profissionais, como os sindicatos e associações de bares e discotecas, organizações de empregadores, táxis, segurança privada; organizações especializadas de transportes, urbanismo, turismo, cultura, saúde, direito, redes de cidade; e por indivíduos qualificados, como pesquisadores, gestores de casas noturnas e artistas.

Todos estes intervenientes estão encarregues de elaborar propostas, estando previamente divididos em grupos temáticos, constituídos por membros afetos a sete temas específicos, mas com ligação direta às questões da noite, sendo estes: novos espaços para as noites em Paris; prevenção de comportamentos de risco; vida noturna e discriminação; mobilidades noturnas; tranquilidade pública; negócios e trabalho à noite; informação e promoção da vida noturna.

Este conselho reúne-se duas vezes por ano, no intuito de partilhar de que forma o trabalho tem progredido, e debater perspetivas no que concerne ao desenvolvimento da economia noturna de Paris.

CAPÍTULO 3 - ESTUDOS DE CASO

3.1. Budapeste

Capital, e maior cidade da Hungria, situada no centro-Norte deste País, apresentando um território de 525 km², estando dividida em 23 bairros. Budapeste é também a cidade com mais população na Hungria, com cerca de 1,740,041 de habitantes, isto de acordo com os dados retirados do *Hungarian Central Statistical Office*. É também o principal centro político, comercial e industrial do País. Na figura 6 podemos observar a localização geográfica da cidade de Budapeste no que ao contexto da Hungria respeita.



Figura 8: Localização geográfica de Budapeste

Dividida pelo Rio Danúbio em duas partes – Buda, a oeste, de teor mais recreativo e residencial, e Peste, a Este, de teor mais administrativo, comercial, industrial e residencial – Budapeste foi fundada a 17 de Novembro de 1873, através da unificação das cidades de Buda e Obuda, situadas na parte ocidental do Rio Danúbio, e de Peste, situada na parte oriental. Na figura 7, podemos observar a divisão da cidade por bairros, mas também pelas secções mencionadas, Obuda a Noroeste, Peste a Este, e Buda a Oeste.



Figura 9: Divisão de Budapeste por bairros

3.1.1. Estudo de caso I: Bairro Judeu de Budapeste

Numa escala ainda mais local, este estudo é especificamente localizado no velho Bairro Judeu de Budapeste, ou *Erzsébetváros* (Bairro Elisabete).

Está situado no Centro Histórico de Budapeste, na parte oriental do Rio Danúbio, é o sétimo bairro capital húngara, conhecido pelo vasto leque de opções que apresenta no que a estabelecimentos de diversão noturna diz respeito, algo que lhe dá um estatuto de paragem obrigatória, para quem visita ou para quem vive na cidade.

Na figura 8, pode observar-se de forma mais específica, a localização geográfica do bairro em estudo.

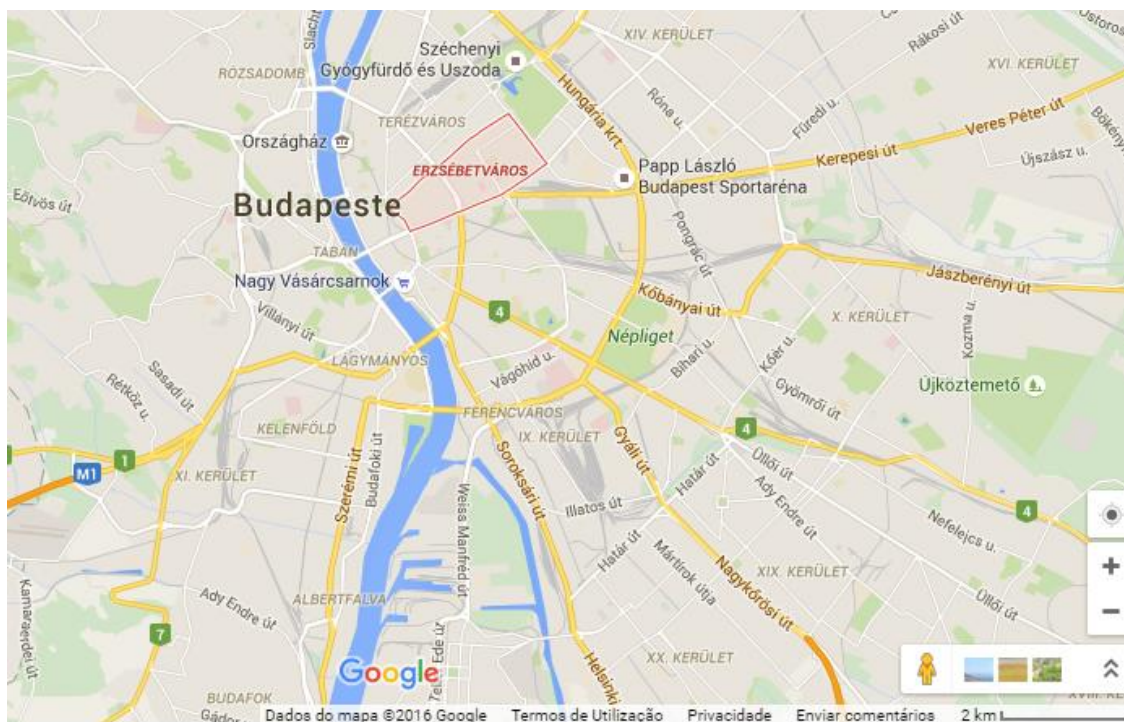


Figura 10: Localização geográfica do Bairro judeu de Budapeste

3.1.2. Bairro Judeu de Budapeste – do passado ao presente

Portanto, primeiramente pode dizer-se que o Bairro Judeu, e o centro da cidade de Budapeste em geral, passaram, após o colapso do comunismo, pelo processo de suburbanização. Segundo Csanádi *et al* (2010) “*Os residentes de estrato social mais elevado provenientes do centro da cidade mudaram-se para os subúrbios de Budapeste e não houve esforços de renovação significativas para prevenir urbanização.*”. Nos anos 90, Budapeste perdeu 15% de sua população enquanto a sua área suburbana cresceu 20% em termos populacionais.

Na figura seguinte pode observar-se um gráfico ilustrativo da evolução da população na cidade de Budapeste, entre 1780 e 2009, e nela podemos constatar uma exponencial queda no respeito à referida variável.

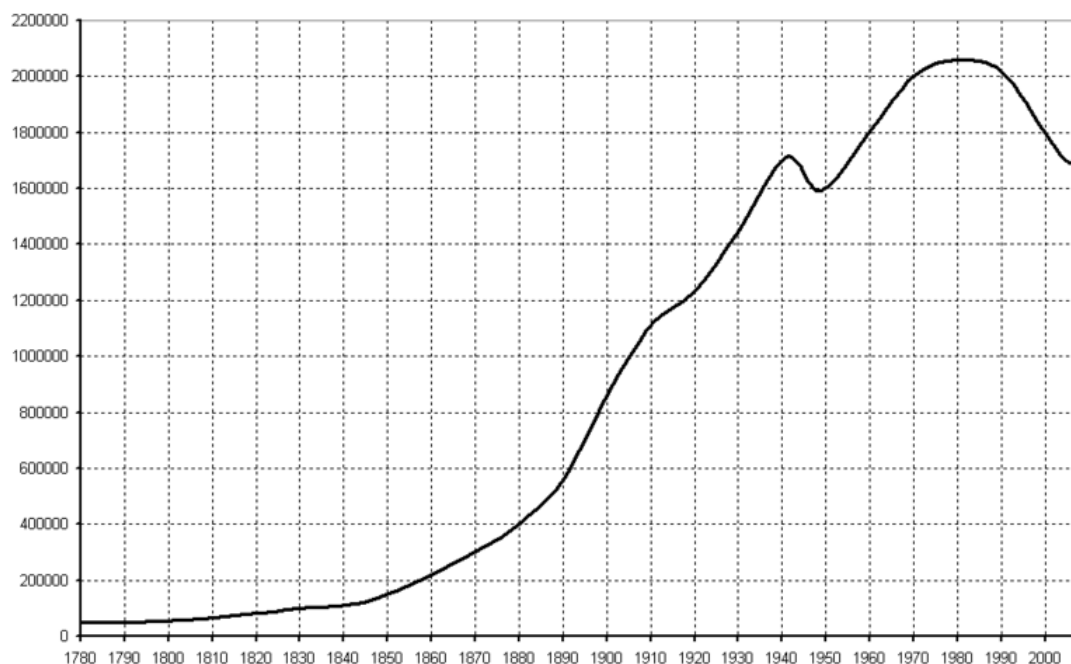


Figura 11: Evolução da População de Budapeste entre 1780 e 2009

Segundo Soós & Ignits (2003), o desenvolvimento deste processo justifica-se por dois tipos de motivações, “...a classe média, inspirada pela paisagem suburbana e pelo meio ambiente, enquanto os reformados e famílias de baixo estrato social pelos baixos custos de vida da área”. O mesmo autor, justifica que este processo passou a ser uma realidade também porque “Muitos dos migrantes se mudaram para as novas áreas suburbanas, à procura de um ambiente mais “verde”.

Algo que gerou consequências de vários tipos, em termos demográficos pode dizer-se que se verificou um aumento da percentagem de população idosa a residir no centro de Budapeste, sendo que uma das consequências demográficas mais significativas da migração a partir do centro de Budapeste para os subúrbios, foi o envelhecimento da população no centro da cidade, a qual se apresentava muito mais idosa do que a dos subúrbios. 23% da população de Budapeste tinha mais do que 60 anos de idade, ao passo que na área suburbana esta era de 16,9%.

Para além do envelhecimento da população, outra das consequências em termos demográficos que se verificou no centro de Budapeste com o processo de suburbanização, foi o aumento da população desfavorecida, que se ia acomodando nos edifícios degradados que permaneciam na área central, deixados por quem havia migrado para o

subúrbio. Crescia assim um processo denominado por Soós & Ignits (2003), de “*guetização*”.

Em termos económicos verificou-se aquilo que os autores caracterizam como “*centralização decrescente da area central*”, o que se justifica pelo facto de as áreas suburbanas possuírem uma série de qualidades atraentes, como espaço, ampla oferta de trabalho, infraestruturas relativamente desenvolvidas, mercado de trabalho complexo, condições fiscais favoráveis.

Face à existência de uma área central praticamente inativa, apenas provida de população maioritariamente idosa ou marginalizada, ocupando edifícios centenários e praticamente em ruínas, havia necessidade de intervir, de forma a devolver ao centro da cidade de Budapeste, uma imagem que lhe possibilitasse possuir um maior nível de atratividade, o qual poderia ser motivo para voltar, seja para viver, seja para trabalhar, ou simplesmente para visitar.

A reabilitação dos edifícios existentes seria uma das soluções, contudo, no que refere ao Bairro Judeu de Budapeste, e segundo Csanádi *et al* (2011), até ao final dos anos 90, “*Não havia um conceito coerente de reabilitação urbana para o Erzsébetváros (o Bairro Judeu de idade) ...*”, segundo os mesmos autores “*O pensamento estratégico da gestão distrital começou a desenvolver estes projetos apenas depois de os investidores imobiliários demonstrarem interesse na área, no final da década de 90.*”. Especificamente neste Bairro, entre 1990 e 2000, apenas se verificaram algumas ações de demolição e reconstrução, as quais, nunca foram um processo integrado.

Pode assim dizer-se que a paisagem urbana do centro de Budapeste não mudou drasticamente desde o fim do século XVIII e o fim do século XX, embora tenham havido algumas obras de construção na década de 80, principalmente em espaços vazios, algo que, no entanto, não influenciou significativamente o meio. Já entre 2004 e 2010, verificaram-se fortes mudanças na comunicação e ações da autoridade local, as quais foram fruto de um processo de reabilitação em favor dos investidores, uma espécie de “remoção de slums”. Em 2005, a escala das novas construções em lotes vazios e o número de edifícios permitido a ser demolido cresceu rapidamente, causando uma mudança completa para os recursos da área.

Este processo rapidamente revelou sinais de progresso, algo facilmente constatóvel quando se vislumbrava aquilo que Csanádi *et al* (2011), designa de “*...novos edifícios*

completamente fora de sintonia com a área em termos de estilo e cor.” que começavam a diferenciar este bairro, em relação as outras áreas adjacentes da cidade. Segundo o mesmo autor *“Entre 2001 e 2008, 13-20 vezes mais habitações foram construídas em distritos VI e VII (Bairro Judeu) do que em anos anteriores (1990-2000).”*. Algo que pode ser verificado no seguinte gráfico 1.

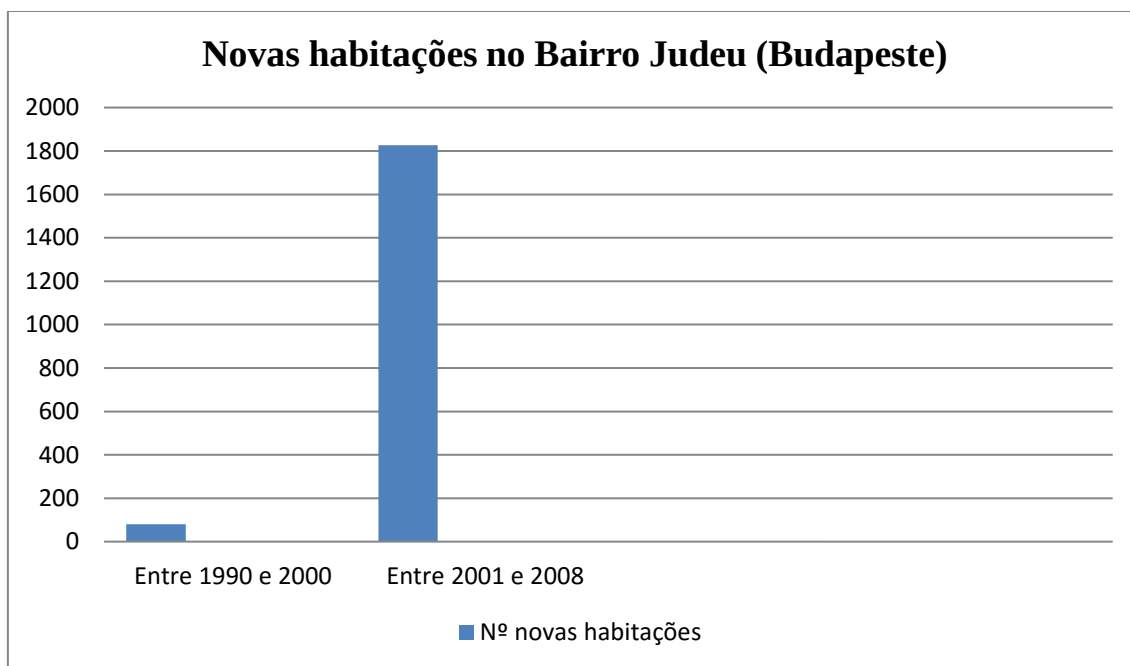


Gráfico 1: Número de novas habitações no Bairro Judeu de Budapeste entre (1990 – 2008)

(Csanádi *et al*, 2010)

Também baseado em dados do Hungarian Central Statistical Office (2009), Csanádi *et al*, (2010) reforça que *“a construção em massa de novas habitações começou depois de 2004. Se dividirmos o período em duas partes iguais, podemos ver que entre 2001 e 2004 351 habitações foram construídas, enquanto entre 2005 e 2006 o valor era de quatro vezes superior...”*, números que podem ser constatados através da visualização do gráfico 2.

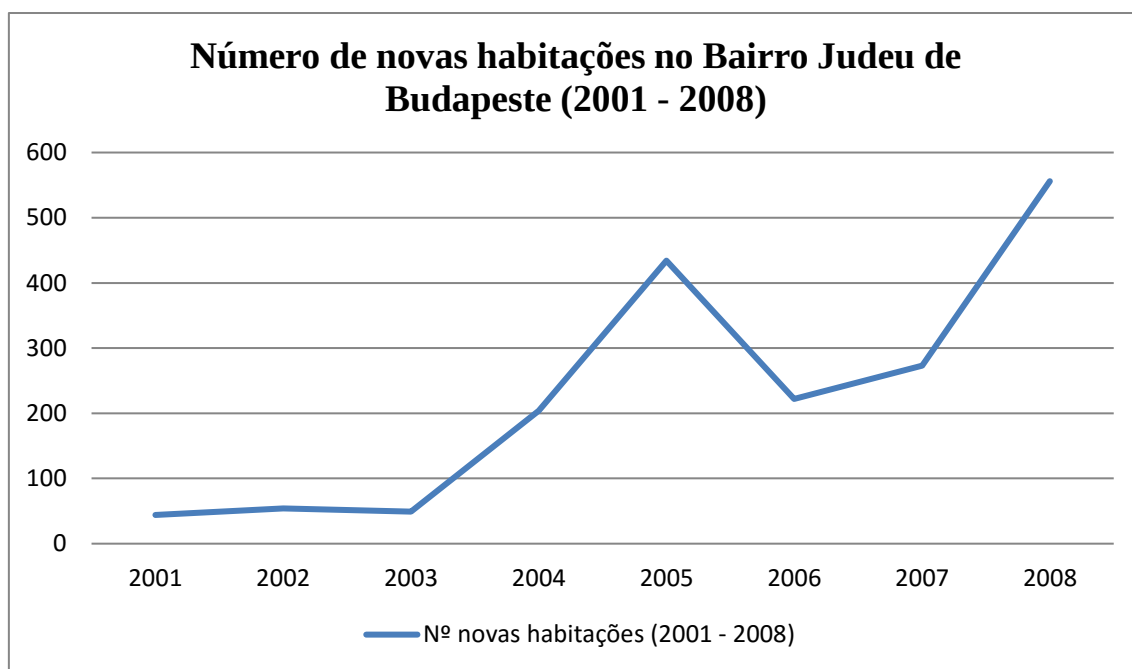


Gráfico 2: Evolução do número de novas habitações no Bairro Judeu de Budapeste (2001 – 2008)

(Csanádi *et al*, 2010)

A ascensão da indústria imobiliária foi causada pelo crescente aumento da procura. Um processo facilitado principalmente por empréstimos baratos subsidiados para novos proprietários.

Face a isto, Csanádi (2006) afirmava já que “*A parte interna da Erzsébetváros se tornou um possível local para a gentrificação.*”.

Certo é que se verificou um declínio populacional ao nível do Bairro Judeu de Budapeste entre os anos de 2001 e 2008. Em 2001 a percentagem de população total residente no bairro havia diminuído 12.6% em relação a 1990, e em 2008 a mesma havia diminuído 2.5%, em relação a constatada em 2001.

Contudo o processo de gentrificação tem vindo a ser uma realidade cada vez mais vinculada, muito por via da chegada de população jovem e altamente qualificada – normalmente estudantes Universitários - indicador que tem vindo a aumentar nos últimos anos (ver tabela 4).

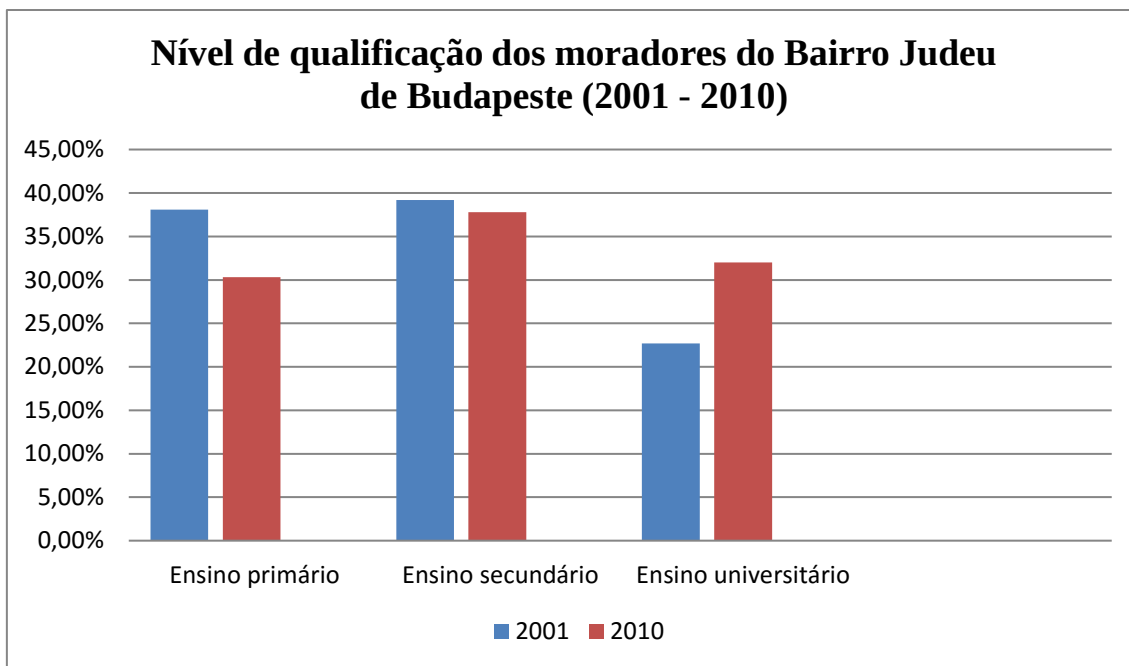


Gráfico 3: Evolução quanto ao nível de qualificação dos moradores do bairro Judeu de Budapeste (2001 – 2010)

(Csanádi et al, 2010)

Para justificar o desenvolvimento do processo de gentrificação segundo os moldes já relatados Csanádi et al (2010) afirma que “*Os apartamentos mais baratos perto da Universidade Eotvos Lorand também poderiam oferecer um potencial de alojamento para estudantes.*” (Csanádi et al, 2010), e reforça ainda que “*Atualmente é típico para alguns alunos para compartilhar um grande apartamento neste bairro. Esses fatores poderiam ser um sinal de gentrificação e estudantificação.*”.

Ao mesmo tempo que jovens estudantes ocupavam de forma crescente o sétimo Bairro da cidade de Budapeste, crescia também a necessidade de fomentar um setor que poderia suscitar um ainda maior nível de atratividade, Csanádi et al, (2010) chama-lhe “*Cluster cultural*”.

No entanto as primeiras tentativas de converter esta área para um novo centro de vida cultural falharam rapidamente, não era o momento para a mudança. A área ficou em coma por mais cinco anos, até que, em 1999 surgiram os Ruin Bars e outros espaços culturais, cafés e bares, como o *Spinoza House* ou *Godot Gallery*.

Segundo Lugosi *et al* (2010) “*Os Ruin Bars poderiam ser uma vantagem (...), porque habitacional abandonado, vazio, e com um investimento mínimo (...) eles poderiam transformar esses edifícios em bares da moda*”.

Eram espaços dinamizados por populações jovens e empreendedoras, que embora possuísem parcas capacidades de investimento, procuravam criar algo singular, e desta feita iam ocupando os edifícios abandonados do Bairro Judeu de Budapeste, apetrechando-os posteriormente equipamentos básicos, de custo reduzido - como mesas, cadeiras, copos e barris de cerveja –, algo que em conjunto com dinamização de pequenos festivais, onde jovens artistas tinham oportunidade de demonstrar o seu talento, ia resultando numa simbiose perfeita no que concerne à criação um formato com grande potencial de crescimento. Contudo estes operavam muitas vezes de forma ilegal.

O primeiro *Ruin Bar* de Budapeste foi o *Szimpla Garden*, logo depois apareciam o *Szoda Gerden* e o *Mumus*. Todos eles emergiam em pátios de edifícios abandonados e anteriormente atribuídos para demolição. Contudo, em 2005, a autoridade local declarou guerra contra esses bares demolindo os edifícios do (pequeno) *Szimpla Garden*, na Rua Kazinczy, e o *Szoda Garden*, na Rua Holló, enquanto outros novos *Ruin Bars* não viram ser-lhes concedidas as licenças necessárias para a operação.

O *Szimpla Garden* seria o único a sobreviver, tendo-se posteriormente mudado para outro edifício na Rua Kazinczy, este, propriedade de um investidor privado.

Entretanto, começou a verificar-se o renascimento ou a segunda onda dos *Ruin Bars* como o *Tûzraktér*, *Siraly*, *Fogasház*, e abundância de outros lugares que foram abertos apenas no Verão de 2010.

Hoje em dia pode dizer-se que os *Ruin Bars* operam de forma mais orientada para negócio, em seguida, algo que contrasta com os e “*anos selvagens*”, isto porque atualmente já têm de pagar renda aos investidores privados que possuem a propriedade.



Figura 12: Fachada do Szimpla Kert

No entanto segundo Lugosi *et al* (2010), surgiram “...*conflitos com os moradores locais, pois os níveis de ruído têm aumentado, principalmente por causa do crescente sucesso internacional deste tipo de pub.*”.

Pode verificar-se então, Segundo as ultimas afirmações, que o bairro judeu de Budapeste - para alem de ter aparecido mais rejuvenescido em termos populacionais e de ter visto aumentar o nível de qualificação dos seus residentes, todos eles oriundos de outros pontos da cidade ou do País - passou também a ser motivo de atracção de turistas e estudantes oriundos de outros países mundiais, que começavam a procurar este bairro para fins de lazer e consume, seja com um carater mais voltado para o enriquecimento cultural com as galerias de lojas de design e boutiques especializadas situadas na Rua Király, seja apenas por motivo de evasao.

Neste ultimo contexto, a noite apresenta principal destaque, o Bairro Judeu de Budapeste e de fato um local de paragem obrigatória para notívagos. Ao caminharmos pelas ruas que o compõe podemos observar uma grande panóplia de opções no que respeita a estabelecimentos de diversão noturna. E certo que entre tais opções, os *Ruin Pubs* sejam o maior motivo de destaque, muito por ser uma conceção de espaço algo diferente dos padrões habituais, contudo, lá podemos encontrar um diversificado leque de opções, desde, desde bares, discotecas ou restaurantes.

E é daqui que se parte para a vertente mais empírica, a qual visa a busca da percepção das dinâmicas que circulam em volta da promoção da economia da noite no bairro judeu de Budapeste.

3.1.3. A economia da noite no Bairro Judeu de Budapeste – análise empírica

Esta análise foi mais baseada na observação da realidade que foi sendo vivenciada ao longo do tempo de pesquisa, na recolha de dados relativos à evolução do número de estabelecimentos noturnos no Bairro Judeu de Budapeste, ao uso ao uso dado a esses estabelecimentos, assim como ao horário de fecho dos mesmos. Análise também sustentada em entrevistas a um académico que se dispôs a falar sobre questões ligadas à regulamentação da Noite.

Primeiramente existiu uma maior preocupação em procurar perceber que tipo de uso era dado aos estabelecimentos em análise antes de apresentarem a forma atual, e pôde perceber-se que cerca de 90% eram anteriormente destinados ao uso residencial, sendo que os restantes 10% eram destinados ao uso industrial. Um exemplo bem ilustrativo é o caso do *Kuplung Klub*, que antes de se apresentar como um dos bares mais frequentados no Bairro Judeu de Budapeste, era utilizado como uma oficina de reparação automóvel.



Figura 13: Kuplung Klub

Já no que concerne ao uso dado atualmente aos estabelecimentos noturnos no bairro em estudo, a primeira perceção - mais ligada ao senso comum - foi de que no Bairro Judeu de Budapeste, o número de discotecas parecia ser reduzido, sendo que os bares e os restaurantes apresentavam maior predominância. Foi o que pôde ser constatado posteriormente, através de um levantamento e análise de dados mais precisos. Dos duzentos e doze estabelecimentos em análise, os bares e os restaurantes ocupam uma maioria esmagadora em relação aos estabelecimentos ligados à cafetaria e às discotecas, algo que se pode verificar no seguinte gráfico.

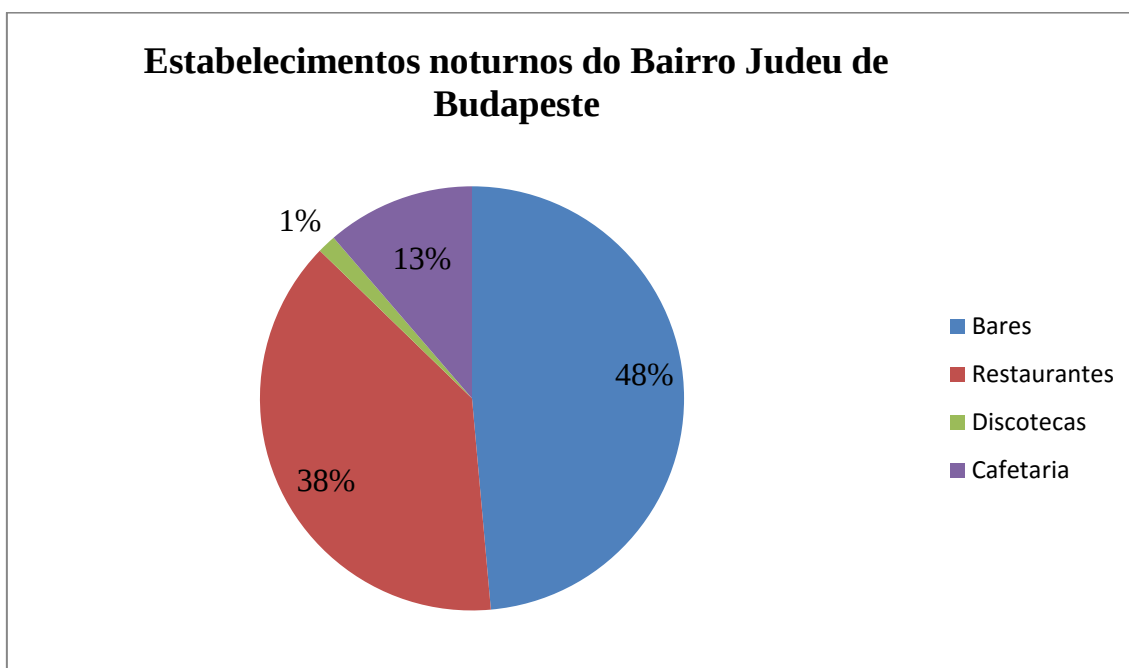


Gráfico 4: Estabelecimentos noturnos do Bairro Judeu de Budapeste

Do ponto de vista daquilo que foi observado durante o tempo de análise, a realidade mencionada relaciona-se com algo já anteriormente comentado, nomeadamente com o facto de este ser um bairro muito habitado por estudantes universitários, ora oriundos de outras cidades da Hungria, ora oriundos de outros países, sendo eles estudantes ao abrigo do programa Erasmus, ou sendo eles estudantes regulares. O que se verifica também é a existência de um fascínio cada vez maior por parte dos turistas, no que à noite do Bairro judeu diz respeito.

Para isto contribui também um número cada vez maior de *Ruin Bars*, um formato diferente daquele ao qual estamos habituados, que primeiramente foi estranhado pelas autoridades locais, mas que depois se entranhou na vida Budapestense, sendo um dos seus baluartes no que ao turismo diz respeito.



Figura 14: Fogaz haz – Ruin Pub

No entanto esta é uma realidade recente, que se começou a desenhar mais propriamente desde o início do século XXI, mas que teve o seu *boom* a partir de 2010, algo que pode ser verificado no seguinte gráfico, em que se constata que, dos bares analisados, apenas 9% estavam abertos entre 1990 e 2000, 20,4% foram abertos entre 2001 e 2010, e 69,89% abriram portas entre 2011 e 2016.

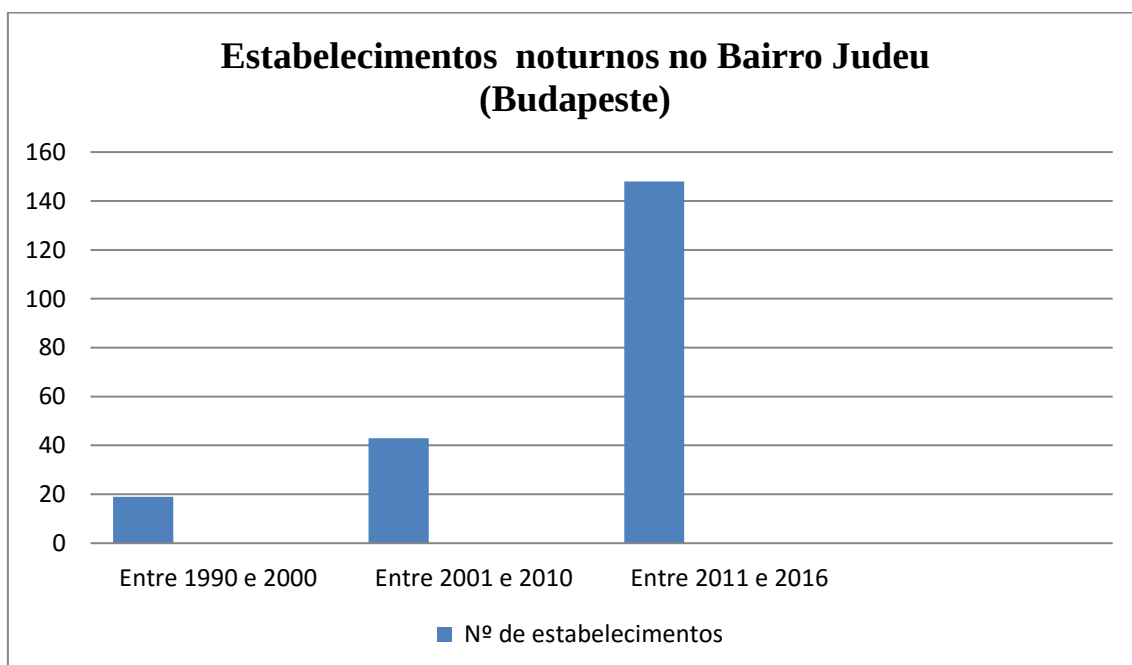


Gráfico 5: Número de estabelecimentos noturnos existentes no Bairro judeu de Budapeste (1990 – 2016)

Esta situação foi explicada em entrevista dada pelo Doutor Gergely Olt, que mencionou que só a partir de 2009 foi possível aos investidores privados, a promoção da criação de bares através da renovação de edifícios abandonados e delapidados.

Este facto é justificado pelo próprio com necessidade evidenciada pelo governo local, de procurar esbater a crise económica que se abatera sobre o país em 2008. Sem capital para investir, o governo local passava assim a fomentar o investimento estrangeiro, na esperança de que, num cenário de geração de riqueza, este fosse uma saída para o problema vivenciado à data.

No que respeita aos horários de fecho dos estabelecimentos analisados, verifica-se uma grande predominância respeitante aos que fecham no horário compreendido entre as 22:00 e as 02:00, sendo que seguidamente aparecem os que fecham entre as 03:00 e as 06:00, e os que fecham entre as 17:00 e as 21:00 (estes mais correspondentes a estabelecimentos ligados à cafetaria), já em menor número aparecem os bares que se apresentam abertos durante 24 horas. Estes dados podem ser constatados no gráfico seguinte.

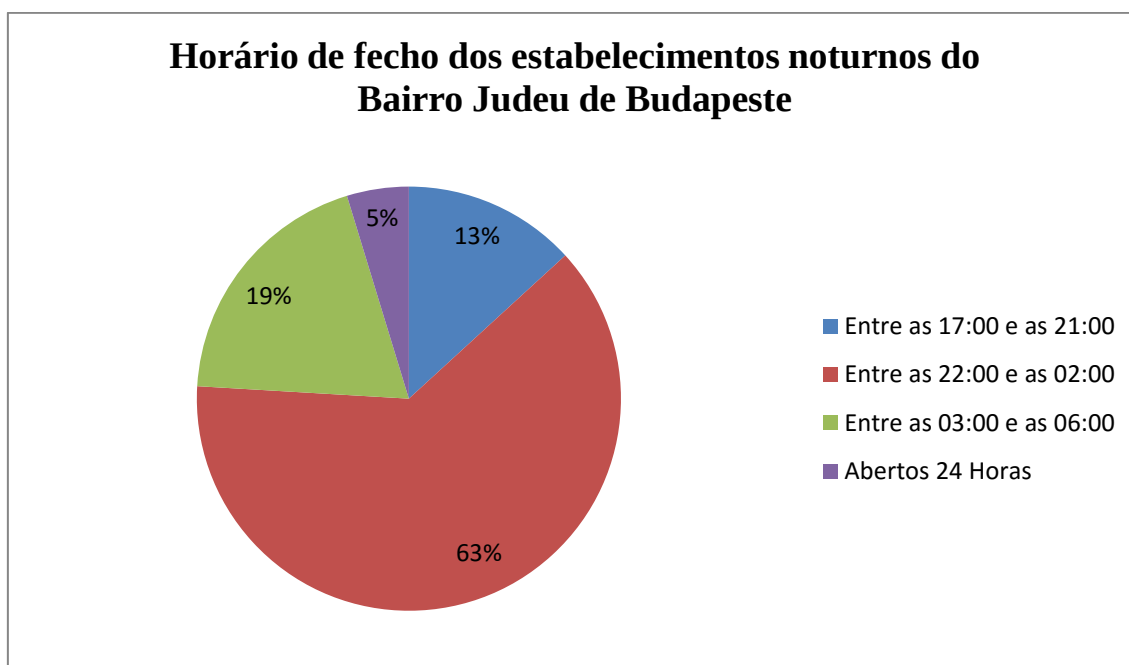


Gráfico 6: Horário de fecho dos estabelecimentos noturnos do bairro Judeu de Budapeste.

No entanto, embora se verifique uma certa oscilação entre os horários de fecho dos estabelecimentos noturnos existentes no bairro em estudo, pode dizer-se que a forma como estes se dispõem não apresenta atualmente qualquer relação com políticas de regulação que pudessem ser adotadas pelo governo local, sendo apenas fruto da decisão pessoal dos seus investidores.

Gergely Olt, na entrevista que concedeu, fez questão de justificar a situação com o facto de, desde 2013, o governo local ter deixado de promover as medidas mencionadas. Tal decisão ficou a dever-se à cada vez maior importância da economia noturna do Bairro Judeu, na criação de riqueza e consequente contributo para a estabilização económica de um país que procurava sair de uma crise.

Realçou também que a partir do momento em que essa decisão foi tomada, toda e qualquer queixa ligada ao ruído proveniente dos notívagos, passou a ser ignorada, ficando os moradores queixosos entregues à sua sorte. Caso possuíssem propriedades privadas e se sentissem incomodados era-lhes sugerido que promovessem melhoramentos nas habitações de modo a atenuar ruído, por exemplo com a colocação de vidros e portas duplas, ou que colocassem o imóvel à venda e se mudassem para um local mais tranquilo.

A partir de 2015, altura em que o mercado imobiliário recuperou da crise vivenciada nos dez anos anteriores, os proprietários, começaram a vender esses imóveis, o que possibilitou uma menor perda e consequente recuperação do investimento anteriormente feito. Já caso fossem residentes em habitação social oferecida pelo governo local e se revelassem agastados com o ruído nas ruas, poucas hipóteses teriam de mudar de local de residência, dados os poucos recursos económicos que possuíam, mas também dado ao facto de o governo local não demonstrar qualquer interesse em realojá-los.

3.2. Porto

O segundo caso de estudo situa-se na cidade do Porto. A cidade tem, segundo o levantamento censitário efetuado em 2011, 237.591 habitantes.



Figura 15: Localização geográfica do Porto

Situada a noroeste de Portugal, apresenta-se como a capital a Área Metropolitana do Porto, a qual se apresenta dividida em dezassete municípios cuja sua população total é de 1.757.413 habitantes. Nas figuras seguintes, pode observar-se a localização geográfica da Área Metropolitana do Porto, bem como a forma como esta se apresenta dividida.

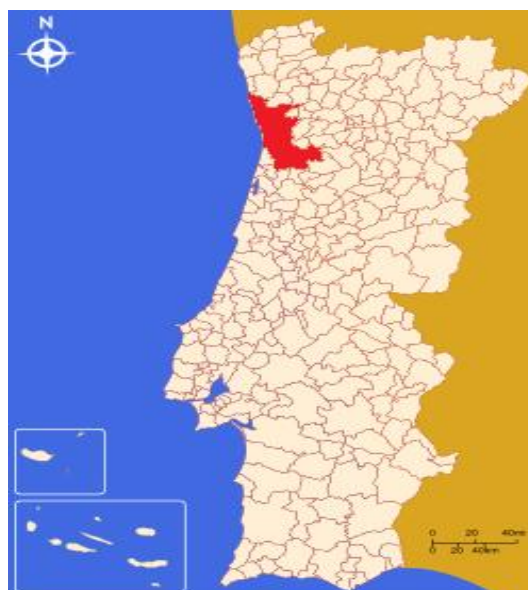


Figura 16: Localização geográfica da AMP



Figura 17: Divisão da AMP por municípios

É na Baixa do Porto onde se concentram grande parte dos turistas que em número cada vez maior visitam a cidade, vindo à procura do melhor que esta tem para oferecer, como a sua beleza arquitetónica e a sua gastronomia.

Turistas que, juntamente com os estudantes (na maioria, universitários), se vão rendendo ao crescente número de opções referentes aos espaços de diversão noturna que se têm vindo a espalhar pela Baixa, contribuindo para um aumento do movimento noturno nesta zona em estudo.

3.2.2. Baixa do Porto – do passado ao presente

Assim como no anterior caso de estudo, antes de percebermos a dinâmica atual verificada nesta Zona, devemos procurar perceber o que aconteceu no passado, isto de forma a estabelecer uma relação temporal entre os processos que se foram verificando.

Certo é que o concelho do Porto em geral, e a baixa do Porto em particular, sofreram uma significativa regressão em termos de número de residentes, a qual se verificou em maior expressão entre o início dos anos 90 e o fim da primeira década do século XXI. O gráfico referente à evolução da população residente no Grande Porto, que pode ser observado na figura seguinte, ilustra bem a situação relatada.

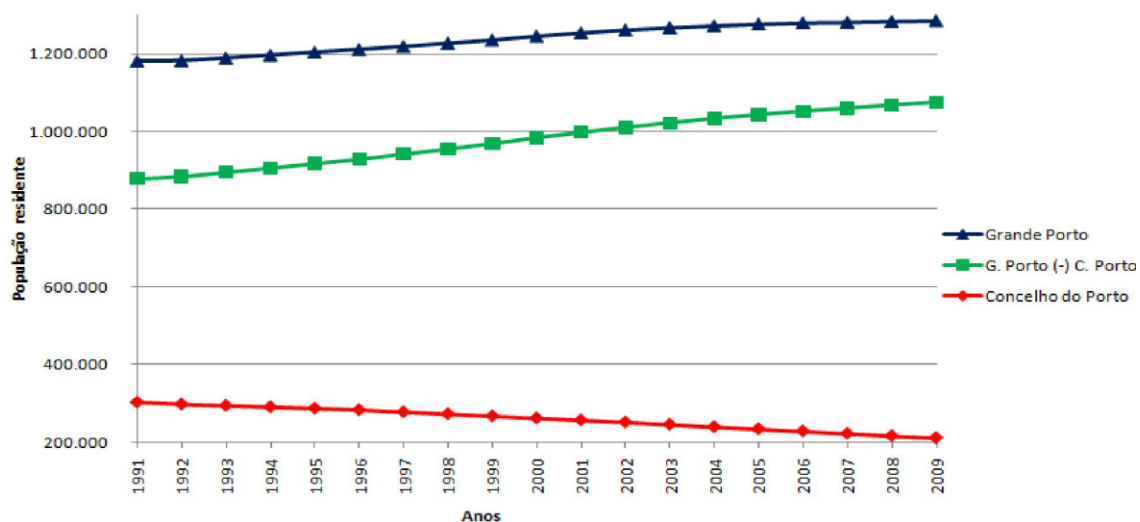


Figura 19: Evolução da população residente na região do Grande Porto

(Rocha, 2010, pp 15)

Nela podemos perceber que entre 1991 e 2009, o concelho do Porto tem assistido a uma perda de cerca de cinco mil residentes por ano, ao passo que o Grande Porto, abrangido pelos municípios de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, tem recebido cerca de seis mil residentes por ano.

Estes movimentos migratórios sucederam muito pela falta de condições de habitabilidade às quais os residentes do centro da cidade do Porto se sujeitavam à medida em que os anos iam passando. Os edifícios iam ficando cada vez mais degradados, muito por causa da falta de intervenções de manutenção regulares, mas também de operações de reabilitação mais profundas. De referir também que o custo relativo às rendas foi outra das motivações que levaram a este movimento, uma vez que este era significativamente mais baixo nas zonas mais periféricas.

Face a isto, o centro da cidade do Porto foi ficando cada vez mais entregue a uma população sem força ou capacidade dinamizadora. A perda de população jovem, qualificada e ativa para as zonas mais periféricas, significava um aumento considerável no que refere ao envelhecimento populacional e um decréscimo drástico no que concerne ao nível que qualificação da população residente no centro Portuense, situações que levam muitas vezes ao aumento da marginalização e da criminalidade, e fazem do centro um local pouco atrativo.

Tornou-se necessário procurar reverter a situação, sendo que a criação de uma entidade que promovesse projetos que visassem a reabilitação dos imóveis degradados, era a opção mais viável.

Foi então que, do Decreto-Lei n.º 10472004 de 7 de Maio, nasceu a oportunidade para que a 27 de Novembro de 2004, fosse criada a Porto Vivo, SRU – Sociedade de reabilitação urbana da Baixa Portuense SA. Uma sociedade anónima sustentada por capitais públicos, que apresenta um capital social de seis milhões de euros, sendo que 60% desse valor é oriundo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e 40% do mesmo, oriundo da Câmara Municipal do Porto.

O papel desta entidade passava pela orientação e elaboração de estratégias de intervenção que visassem a reabilitação da Baixa do Porto, intervindo de maneira a procurar a recuperação do património edificado, e assim combater o abandono populacional vivenciado ao longo dos últimos anos.

Para que tal missão fosse levada a cabo, a Porto Vivo aparecia como intermediário, sendo um suporte de apoio aos proprietários bem como uma fonte de incentivo a possíveis investidores externos no que à recuperação dos edifícios dizia respeito, agindo assim como uma entidade impulsionadora e facilitadora do processo de operações urbanísticas a serem levados a cabo.

Entretanto, baseada nas características evidenciadas no que refere ao edificado, à população e ao tecido económico do centro Portuense, a Porto Vivo teve necessidade de definir os objetivos que considerava primordiais para que as suas ações fizessem sentido. Objetivos esses que passavam: pela reabilitação da Baixa do Porto, fixando a população residente e atraindo novos habitantes, tendo como público alvo, jovens licenciados, casais em início de vida familiar, e em idade ativa; pela fixação da população residente, sendo necessária a melhoria das condições de higiene, segurança e estética no que respeita ao parque habitacional, preservando no entanto, os seus valores históricos, culturais e arquitetónicos; pela qualificação de infraestruturas, do espaço público e das condições de mobilidade; pela revitalização do comércio e promoção do negócio, criando condições para a instalação de novas atividades económicas que criem valor e riqueza; e pela dinamização do turismo, da cultura e do lazer, através do desenvolvimento de uma oferta cultural variada, com a organização de eventos e respetiva melhoria no que refere à divulgação das atividades culturais e dos locais turísticos da cidade, procurando assim aumentar a visibilidade, atraindo turistas nacionais e estrangeiros.

Neste sentido, havia necessidade de nomear áreas de intervenção estratégica, nas quais fossem promovidas medidas que levassem a missão já mencionada, a cabo. Foi então que, a pedido da Câmara Municipal do Porto, foram definidas pelo governo, através do Decreto Regulamentar n.º 54/85 de 12 de Maio, as Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística do Concelho do Porto (ACRRU), a quais possuíam cerca de 1000 hectares de extensão, ocupando oito freguesias.

Área que, dado ao facto de se apresentar algo extensa, foi por motivos de logística, reduzida a uma outra Área, denominada Zona de Intervenção Prioritária (ZIP), estendida a cerca de 500 hectares, e constituída por cerca de 18000 edifícios. Uma área definida tendo em conta critérios como a degradação urbana, e estrutura económica e social evidenciada pela população residente. Constituída pelo Centro Histórico do Porto, pela Baixa do Porto, e por parte das freguesias do Bonfim, Santo Hildefonso, Massarelos e

Cedofeita, a Zona de Intervenção Prioritária (ZIP), foi onde foram reunidos os maiores esforços no que ao processo de reabilitação no Porto respeitava.

Dentro da Zona de Intervenção Prioritária, foram definidas Áreas de Intervenção Prioritária e Áreas de Ação Especial. As primeiras constituídas pela Avenida dos Aliados, pela Praça Carlos Alberto, pela Avenida do Infante, pela Avenida da República, pela freguesia da Sé e da Vitória. As segundas onde se insere a frente ribeirinha, situada entre a Rua D. Pedro V e a Ponte Maria Pia, o Mercado do Bolhão, e a Praça de Lisboa, locais para os quais foram definidas ações estratégicas e lançados concursos com vista a reabilitação dos mesmos.

Na figura seguinte podemos observar um mapa onde aparecem delimitadas, as áreas de atuação da Porto Vivo, onde não são excluídas a zona histórica do Porto, e o centro histórico do Porto, declarado Património Mundial da Humanidade.



Figura 20: Área de Intervenção Prioritária (AIP)

Neste seguimento, e através de um protocolo assinado entre a Câmara Municipal do Porto, a Porto Vivo e a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, é criada a Loja da Reabilitação Urbana (LRU). Inaugurada a 16 de Setembro de 2005, esta entidade apresentava como missão, promover e gerir a oferta e a procura de imóveis situados na Zona de Intervenção Prioritária (ZIP), procurando assim corresponder de forma eficaz às expectativas daqueles que pretendem investir na Baixa do Porto.

Este tipo de atuação verifica-se desde o início, quando a LRU - após o investidor ter já escolhido o imóvel que corresponda às suas preferências - procura promover protocolos com as instituições bancárias de forma a que estas possam possibilitar condições especiais de financiamento com vista a aquisição dos imóveis destinados à reabilitação. A LRU contribui também, caso necessário, na instrução dos processos de licenciamento, disponibilizando também aos investidores, outras informações que pudessem ser importantes no processo de reabilitação. Numa fase posterior, esta entidade procura dar aos utentes a permissão para aquisição de serviços, equipamentos, e materiais de construção civil a serem utilizados na reabilitação dos edifícios, a custos reduzidos, num programa denominado Viv'a Baixa.

Certo é que desde a criação desta entidade, já vários edifícios foram reabilitados, tendo-lhes sido posteriormente conferidos variados tipos de uso, desde o uso residencial –no que refere também ao Turismo residencial, com o aumento progressivo dos *Hostels* - ao comercial, normalmente destinado ao lazer e recreação, onde cada vez mais se foi notando o aumento dos estabelecimentos de diversão noturna em vários locais da baixa, como cafés, bares ou restaurantes.

Muitos deles voltaram a servir de residência a antigos moradores, outros passaram a servir de residência a moradores jovens, qualificados e em idade ativa, outrora fixados em áreas mais periféricas da cidade, mas que se sentiram tentados pelas novas dinâmicas que se foram fazendo sentir no centro da cidade do Porto, que passara de um local sombrio, a um local atrativo, seja para morar, para visitar, para investir, ou seja para promoção da cultura. Vislumbrava-se assim, aquilo que Fernandes e Encarnação (2013) designam de uma “*nova vida do velho centro*”.

Verificou-se, portanto, um acentuar do processo de gentrificação. Para além do aumento das rendas em muitos dos edifícios reabilitados, constatou-se um considerável aumento no que refere ao grau profissional dos residentes que se foram fixando no Centro Histórico do Porto. No gráfico seguinte poderemos verificar a evolução existente entre 1991 e 2011, no que respeita ao número de residentes representantes do poder legislativo e especialistas em atividades intelectuais e científicas. Gráfico onde podemos observar que, nas freguesias que compõem o Centro Histórico do Porto, se verificou um aumento exponencial no que refere à variável analisada, aumento que confirma a crescente mudança ao nível do *status* social que se tem verificado na área.

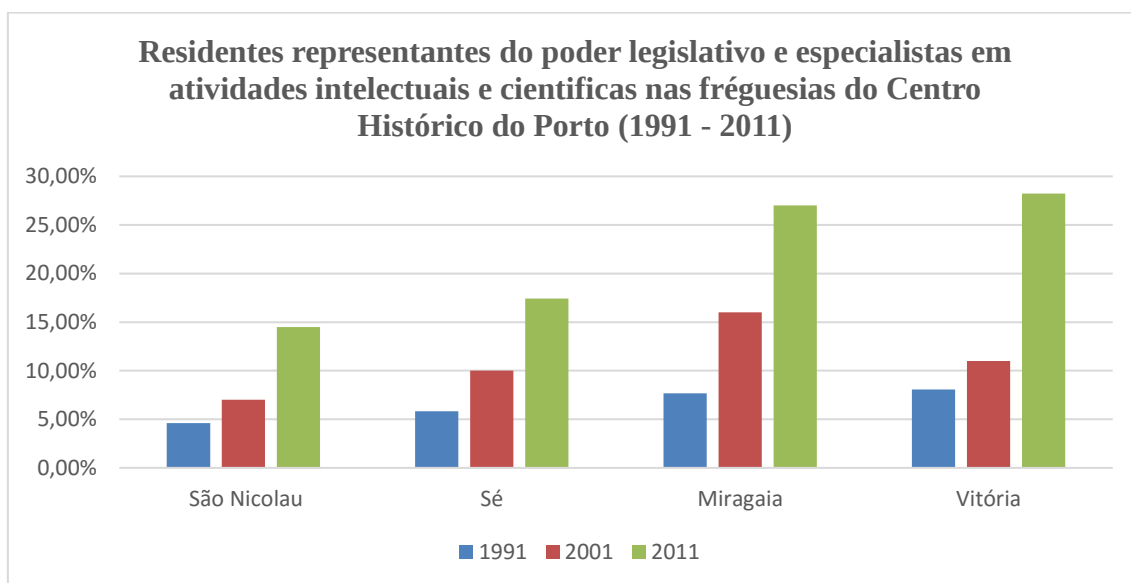


Gráfico 7: Evolução dos residentes representantes do poder legislativo e especialistas em atividades intelectuais e científicas no Centro Histórico do Porto

(Alves, 2016)

Tem sido também verificado um considerável aumento relativamente ao número de estudantes residentes na área central, estudantes originários de outras cidades do país, que cada vez mais têm tido a Universidade do Porto (UP) como primeira escolha para seguirem os seus estudos superiores, mas também de outros países do mundo, com destaque para os estudantes que chegam ao abrigo do programa *Erasmus +*.

Este grupo normalmente inserido numa faixa etária compreendida entre os 18 e os 23 anos, normalmente procura residência ou apartamento em outras freguesias localizadas fora do centro histórico, isto porque embora este seja para eles um fator de atração para fins de recreação e lazer, não o é de todo para fins residenciais, uma vez que o valor das rendas se apresenta difícil de comportar para a grande maioria destes jovens residentes. Na figura seguinte, ao verificarmos um mapa demonstrador da proporção de residentes com o ensino superior, no concelho do porto, em 2011. Podemos constatar que estes se encontram maioritariamente a residir na parte ocidental da cidade - na qual podemos destacar as freguesias de Nevogilde, Lordelo do Ouro e Massarelos e Cedofeita - estando em menor numero a residir na parte oriental e no Centro Histórico do Porto.

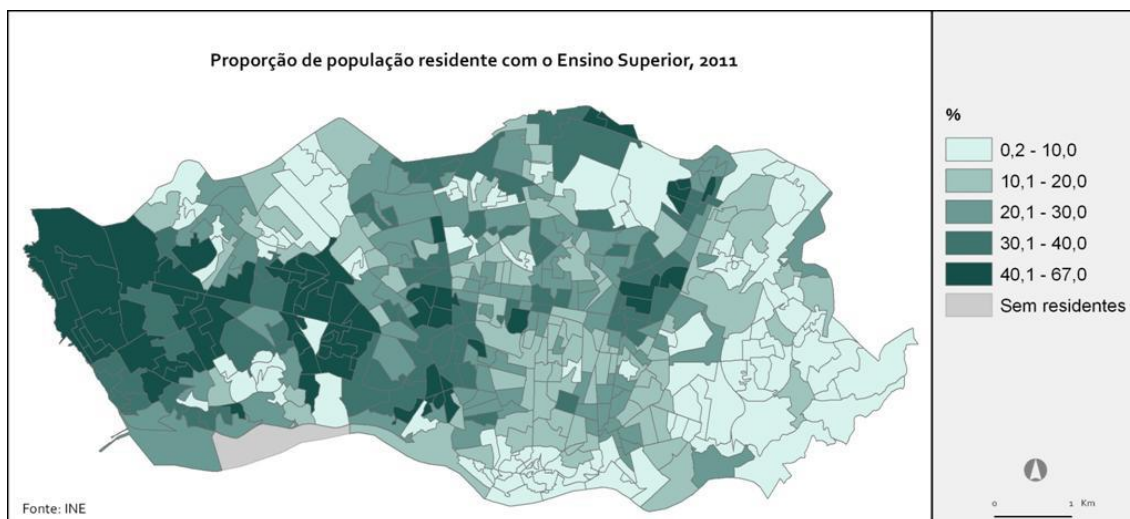


Figura 21: Proporção de população residente no Porto, com o ensino superior (2011)

Com a evolução positiva registada ao nível da percentagem de população jovem e ativa a residir nas áreas mais centrais do concelho do Porto, começou a verificar-se, nomeadamente na zona da baixa, o acentuar de investimentos ligados à prática comercial, algo que segundo Fernandes e Chamusca (2014) “...está alicerçado numa oferta diversificada de restauração e comércio retalhista...”.

Neste sentido começou a ser evidente aquilo que Fernandes e Chamusca (2014) designam como “um contexto comercial complexo” onde se começava a verificar uma forte interação espaciotemporal entre “...ruas especializadas (como as Almada, Clérigos e Loureiro), espaços elitizados, lojas populares que resistem, novos movimentos (por exemplo de ocupação de alguns espaços por artistas), vazios e ainda estabelecimentos híbridos, que combinam diferentes tipos de ofertas.” (Fernandes & Chamusca, 2014, p.p. 1468).

De uma forma mais específica, pode dizer-se que, por exemplo, entre os verões de 2012 e 2014, se verificou, no conjunto Miguel Bombarda-Cedofeita-Breiner, um crescimento considerável de 4,9%, quanto ao número de estabelecimentos comerciais, sendo grande parte deles ligados a unidades alojamento. Mas segundo Fernandes e Chamusca (2014) “foi nos Aliados que a transformação se sentiu de forma mais intensa (cerca de 25% dos estabelecimentos encerrou e reabriu ou alterou a sua atividade, mantendo exatamente o mesmo número total de unidades), com um crescimento do número de estabelecimentos

híbridos e do comércio de produtos alimentares.”, algo que pode ser visivelmente percebido com a visualização da seguinte figura.



Figura 22: Estabelecimentos de comércio a retalho, restauração e alojamento nos Aliados (2012/2014)

(Fernandes & Chamusca, 2014, p.p. 1469)

Neste contexto de “*fulgor comercial*” (Fernandes & Chamusca, 2014, p.p. 1468) começava também ser significativa, a dinamização de atividades de diversão noturna, algo que se constatava à medida em que o número de bares, restaurantes e cafés ia aumentando.

Após o anoitecer, a cidade do Porto vê locais durante o dia silenciosos, converterem-se em polos de atração e concentração de notívagos. Começando pela Praça Parada Leitão, passando por Cedofeita, Galerias de Paris e Cândido dos Reis, e terminando na Avenida dos Aliados, facilmente se percebe a existência de todo um variado conjunto de estabelecimentos de diversão noturna.



Figura 23: Galerias de Paris – baixa do Porto

São espaços de encontro e convivência para pessoas oriundas de diferentes faixas etárias e possuidores dos mais variados gostos. Espaços que normalmente esgotam a sua lotação, algo que leva a que muitos dos notívagos tenham de conviver na rua, situação que já tem causado dissabores a muitos moradores.

Uma realidade que tem contribuído para a geração de riqueza e consequente crescimento económico da cidade, que tem possibilitado a criação de postos de trabalho, contribuindo para a diminuição da taxa de desemprego. Uma realidade que, no entanto, também vem produzindo implicações, as quais têm vindo a ser alvo de medidas de regulação, numa ideia onde se constata uma procura em agradar moradores e notívagos.

É neste seguimento que se parte para a vertente mais empírica deste segundo caso de estudo, através da qual se procurará perceber as dinâmicas que têm girado em torno da promoção da economia da noite na Baixa do Porto, mais propriamente, o seu lado oeste.

3.2.3. A economia da noite na Baixa do Porto (zona oeste) – estudo empírico.

Este segundo estudo de caso em nada difere em relação ao primeiro. Muda-se o contexto geográfico, mas a informação que se pretende procurar assim como a metodologia adotada na sua recolha, são as mesmas.

Durante esta segunda fase de pesquisa foi possível perceber a existência de uma maior predominância no que respeita à quantidade de restaurantes, seguindo-se respetivamente os bares, os estabelecimentos ligados à cafetaria, e por fim as discotecas. Algo que pode ser no seguinte gráfico.

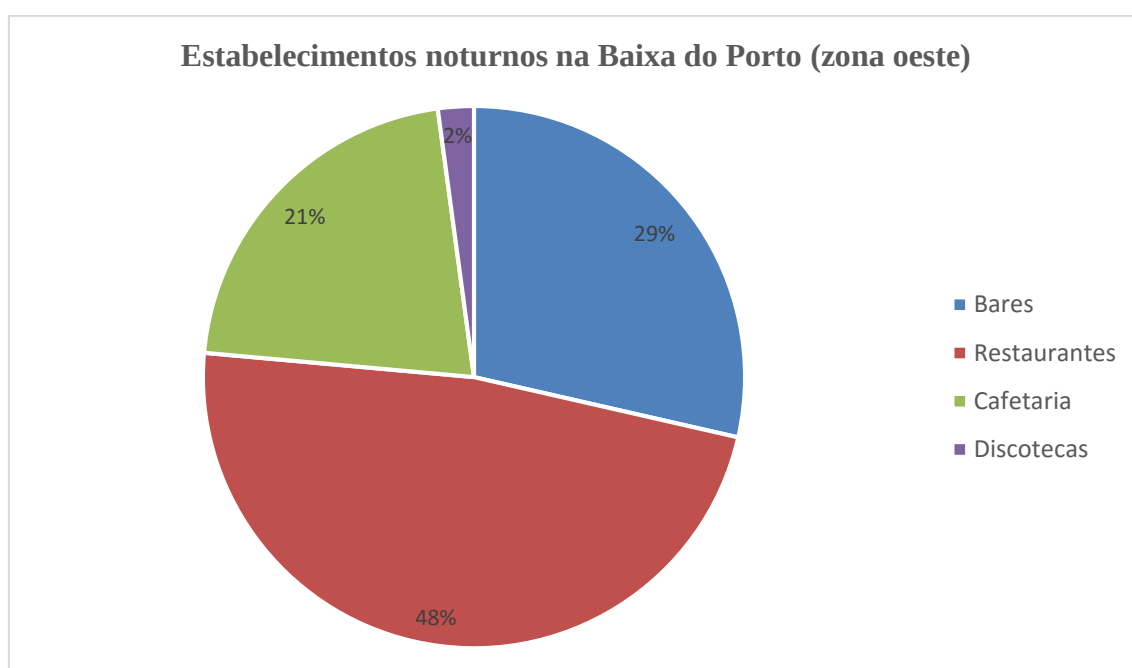
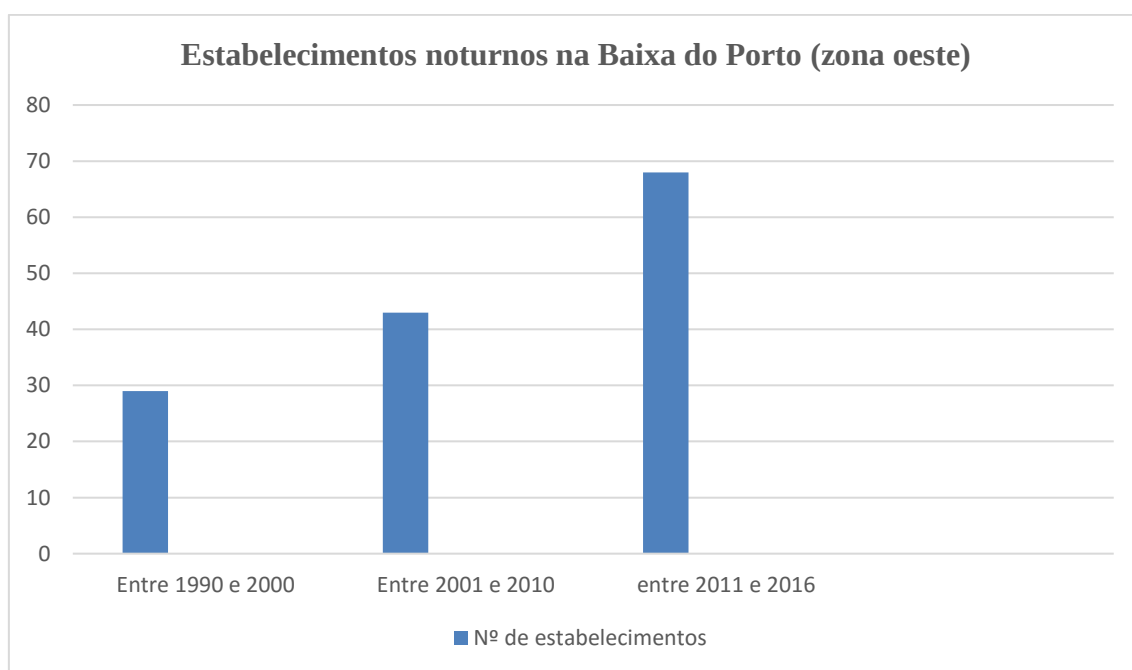


Gráfico 8: Estabelecimentos noturnos na Baixa do Porto (zona oeste) por uso

Com isto pode perceber-se ainda uma enorme vontade no que respeita à manutenção da identidade *invicta*. A gastronomia Portuguesa - Portuense em particular – tem sido cada vez mais motivo de curiosidades a quem chega para visitar o Porto. Não podemos, contudo, esquecer a entrada de novos conceitos de restaurante, mais voltados para a gastronomia internacional, sendo exemplo desse fato o aparecimento de restaurantes de *Tapas*, as *Hamburguerias*, ou os restaurantes de comida Turca ou Italiana.

No entanto, os dados referentes entre a quantidade de bares e de restaurantes, acaba por ser algo confusos, visto que no que refere à zona oeste da Baixa portuense, muitos dos restaurantes ostentam a designação de “Restaurante-bar”, sendo que se pode perceber que são também -juntamente com os estabelecimentos designados somente como bares - utilizados como locais “...destinados à dança...” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015 p.p. 5).

No que refere à evolução do número de estabelecimentos noturnos, pôde constatar-se um aumento exponencial desde 1990, o qual se acentuou desde o início do século XXI até à atualidade. No gráfico seguinte poderemos verificar essa evolução, onde dos 140 estabelecimento analisados, 21% já existiam no período compreendido entre 1990 e 2000, 31% foram abertos entre 2001 e 2010, e 49% foram abertos entre 2011 e o ano que ainda decorre.



*Gráfico 9: Número de estabelecimentos noturnos na Baixa do Porto (zona oeste)
(1990-2016)*

Estes números podem ser justificados pela crescente visibilidade que o Porto em geral e a Baixa em particular, têm vindo a adquirir ao longo dos últimos anos, mas também pelo dinamismo que a economia noturna tem conferido ao centro da cidade, favorecendo o

aumento ao nível do investimento – nomeadamente no que respeita a obras de reabilitação em edifícios outrora degradados e abandonados -, o crescimento da atividade económica, e a evolução positiva no que concerne à criação de emprego. Na nota justificativa do Regulamento da “Movida” do Porto, pode também ler-se que o crescimento da economia noturna “...contribui para o repovoamento do centro da Cidade e, indiretamente, para a melhoria da segurança dos portuenses...” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015 p.p. 1).

Pode também dizer-se que o estatuto adquirido como Capital Europeia da Cultura em 2001, como o Euro 2004, bem como a criação da Porto Vivo em 2004, acabaram por ser alavancas para essa visibilidade, proporcionando á atração de turistas oriundos dos vários cantos do mundo, assim como de estudantes internacionais, que cada vez mais vêm escolhendo o Porto como primeira opção para o usufruto de um período de mobilidade ao abrigo do programa Erasmus +. Não podemos também esquecer a importância dos estudantes nacionais, quer sejam oriundos de outras partes do país, quer sejam oriundos do Porto, visto que são eles que na maioria do tempo vão dando vida à Baixa, usufruindo da diversão noturna que esta tem para oferecer.

Esse crescimento em termos de visibilidade pode ser facilmente constatado quando lemos uma reportagem conduzida pelo Jornalista de viagens, Seth Sherwood, para o Jornal Americano, The New York Times. Nela, o Jornalista destaca que a cidade do Porto já não precisa de se “encostar” á fama adquirida através da produção do Vinho do Porto, justificando tal consideração com a variada oferta cultural, turística e de lazer, oferecida pela Baixa.

Uma reportagem onde Seth Sherwood descreve o que viu e viveu nas trinta e seis horas em que esteve no Porto, apresentando onze pontos de paragem obrigatória, num percurso iniciado às 18:00 de uma Sexta-feira, e terminado às 12.00 de um Domingo. Percurso esse onde não foi excluído o Restaurante *Book*, situado na Rua de Avis, assim como as Galerias de Paris e a Rua Cândido dos Reis, as quais ostentam um papel incontornável naquilo que tem sido o crescimento da economia noturna na zona oeste da Baixa do Porto.

No que refere aos horários de fecho dos estabelecimentos noturnos na área em estudo, foi possível verificar que uma grande maioria encerra portas no horário compreendido entre as 22:00 e as 02:00, aparecendo de seguida os que fecham entre as 03:00 e as 06:00, sendo os que terminam a sua função entre as 17:00 e as 21:00 os que aparecem em grande

minoría. De ressaltar também que dos estabelecimentos em estudo nenhum se apresentava aberto durante 24 horas. No gráfico seguinte podemos perceber melhor a realidade aqui descrita.

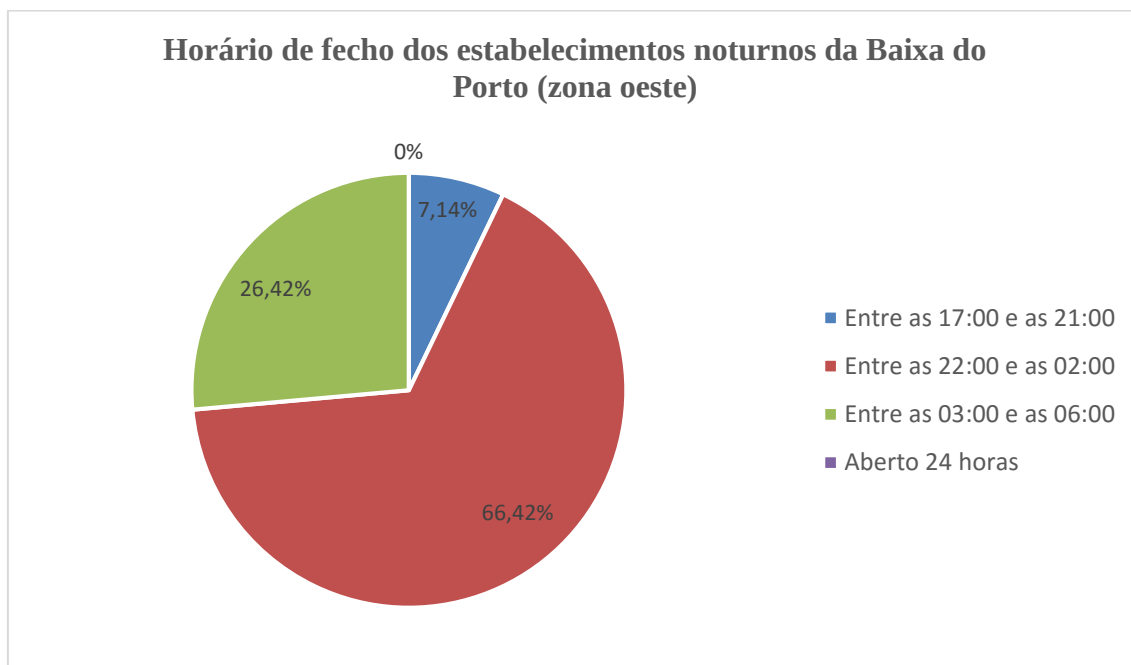


Gráfico 10: Horários de fecho dos estabelecimentos noturnos da baixa do Porto (zona oeste)

Esta disposição em termos de horários não acontece - ao contrário do que foi verificado no primeiro caso de estudo - por acaso. Isto sucede uma vez que desde meados do ano transato, todos os estabelecimentos de diversão noturna situados na Baixa Portuense, são obrigados a respeitar regras de regulação, as quais estabelecidas no Regulamento da “Movida” do Porto, que foi discutido e aceite pela Assembleia Municipal no dia 25 de Maio de 2015.

Um regulamento que, percebendo a importância da economia noturna para a nova dinâmica da Baixa, procura também defender a integridade dos moradores, que crescentemente se têm vindo a queixar contra situações relacionadas com as habituais implicações inerentes à dinamização da economia da noite, as quais relacionadas principalmente com o ruído, mas também com a sujidade nas ruas.

Nesse sentido, é de destacar em primeiro plano, no regulamento, um artigo que propõe a nomeação, por parte do Presidente da Câmara Municipal do Porto (CMP), de um Diretor da Movida, o qual iria encarregar-se de *“Participar na adequada coordenação da ação dos diferentes serviços e unidades orgânicas do Município, naquilo que contende diretamente com a área e atividade da Movida; (...) Ouvir e atender as queixas e reclamações relacionadas com a Movida; (...) Reforçar a transparência e eficiência do conjunto de ações de fiscalização e a sua aplicação equitativa a todos os agentes da Movida.”* (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 4). Uma medida que vem ao encontro daquela que foi preconizada em Amsterdão, e que no que refere a esse caso, produziu efeitos positivos.

Já no que refere às regras a aplicar no âmbito do funcionamento dos estabelecimentos, o Regulamento da “Movida” do Porto estabelece primeiramente uma divisão dos mesmos por quatro grupos, e posteriormente estabelece um limite máximo de horário a cada um deles, sendo o segundo e o terceiro, referentes a estabelecimentos que se apresentem mais indicados à diversão noturna.

O primeiro grupo de estabelecimentos apresenta-se destinado a espaços de venda ao público e de prestação de serviços, e segundo o regulamento deve estar em funcionamento no horário compreendido entre as 06:00 e as 24:00; o quarto grupo, referente a estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, mas situados em centros comerciais, deve, independentemente da sua atividade comercial, ter portas abertas no horário compreendido entre as 06:00 e as 24:00; o terceiro grupo, referente a *“Cafés, pastelarias, casas de chá, leitarias, cervejarias e similares, que se designam por estabelecimentos de bebidas, para efeitos do previsto no presente Título; (...) Restaurantes, snack-bares, self-services e casas de pasto, que se designam por estabelecimentos de restauração, para efeitos do previsto no presente Título; (...) Lojas de conveniência; (...) Todos os estabelecimentos com espaços destinados a dança que possuam uma área contínua acessível ao público inferior a 100 m²”* (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 5), deve respeitar o limite máximo de horário compreendido entre as 06:00 e as 02:00; por fim, o terceiro grupo, referente aos estabelecimentos *“...com espaços destinados à dança que possuam uma área contínua acessível ao público não inferior a 100 m²”* (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 5), deve funcionar dentro do horário compreendido entre as 06:00 e as 04:00.

No seu artigo 6º, pode observar-se também uma grande preocupação no que concerne às características dos estabelecimentos que se encontrem em funcionamento após as 20:00. Nele podemos ler que, caso pretendam dispor “...*de música ao vivo (acústica ou amplificada), de aparelho emissor de som (com ou sem amplificação) ou mesa de mistura...*” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 6), deverão instalar uma antecâmara na entrada do estabelecimento, a qual deverá apresentar, “*Portas duplas com molas de retorno e com orientação de abertura para o exterior que garantam, em todos os momentos, o isolamento acústico necessário, incluindo os momentos de entrada e saída; (...) Um espaço livre horizontal não inferior a 1,20 metros de profundidade não varrido pelas folhas das portas, sem prejuízo do cumprimento das Normas Técnicas sobre Acessibilidades.*” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 6), assim como devem, segundo o Artigo 7º, proceder à “...*prévia instalação de um limitador-registador de potência sonora, devidamente calibrado e selado pelos serviços municipais competentes.*” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 6), excetuando-se deste grupo, os estabelecimentos que possuam apenas “...*equipamentos de projeção de imagem (televisores, monitores, ou outros análogos), desde que não disponham de acessórios de amplificação ou projeção de som passíveis de provocar incomodidade.*” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 6).

No artigo 8º, referente às atividades ruidosas, podemos perceber que “*Não é em qualquer caso permitida a instalação de colunas e demais equipamentos de som no exterior do estabelecimento ou nas respetivas fachadas, assim como de quaisquer emissores, amplificadores e outros aparelhos sonoros que projetem sons para as vias e demais lugares públicos.*” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 7), e que sempre que se verificar qualquer atividade ruidosa no interior do estabelecimento, as portas e as janelas deste, devem encontrar-se fechadas.

Outro artigo merecedor de destaque é o artigo 11º, que permite aos estabelecimentos, a colocação de esplanadas nas ruas, sendo que no entanto, estas devam permanecer até às 00:00 durante os dias de semana, e até às 02:00 durante fins de semana e vésperas de feriado. Este artigo realça também que o mobiliário integrante da esplanada deverá “...*ser removido até 30 minutos após o termo do horário de funcionamento.*” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p. 8).

O artigo 12º proíbe a venda de bebidas na via pública, assim como a venda de bebidas fornecidas em recipiente de vidro (garrafa, copo ou outro) para consumo na via pública, isto de modo a prevenir o ruído e os possíveis danos provocados por recipientes que se possam partir na rua.

Já no que se refere à questão da sujidade nas ruas, o artigo 13º apela a que os exploradores dos estabelecimentos noturnos da área em estudo, procedam à deposição dos resíduos sólidos nos respetivos recipientes, até às 06:30, para que possam ser posteriormente recolhidos e reciclados.

Como se pode perceber, as normas atrás indicadas procuram contribuir para a diminuição do ruído e poluição na zona onde a economia noturna se apresenta com mais intensidade. Caso estas normas não sejam, segundo a fiscalização, cumpridas, o regulamento apresenta também um conjunto de sanções a aplicar contra os infratores.

O artigo 14º por exemplo, adianta que o incumprimento das normas estabelecidas nos artigos 7º e 8º, levará, ou ao fecho imediato do estabelecimento, ou à redução do horário do mesmo até às 20:00.

Já o artigo 19º realça que o não cumprimento das normas poderá levar - para além do pagamento de uma coima que pode ir desde os 500 aos 2500 euros para pessoas singulares, e desde os 1500 euros aos 7500 euros para pessoas coletivas – à *“Alteração do horário de encerramento para as 24 h, durante um período que poderá ser fixado entre 30 dias (mínimo) e 90 dias (máximo); (..) Encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos.”* (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p 11).

Sanções que poderão ser agravadas caso o explorador do estabelecimento seja reincidente, algo que podemos verificar no artigo 20º, onde se pode ler que *“Se o titular do estabelecimento tiver sido condenado, no período dos três últimos anos, pela prática de três contraordenações relacionadas com o exercício da atividade, o Município procede à cassação da autorização de utilização.”* .” (Câmara Municipal do Porto, Regulamento da “Movida” do Porto 2015, p.p 11).

Por fim, de destacar no ponto 3 do artigo 20º, que caso a autorização de utilização seja cessada, não poderá ser concedido novo título ao infrator, ficando este proibido de explorar novo estabelecimento na designada “2zona da Movidá”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta dissertação de Mestrado foi possível compreender, de uma maneira geral, a forma como centros de cidade têm evoluído ao longo das últimas décadas. Esta evolução foi acompanhando as tendências que foram sendo espelhadas nas necessidades que as populações foram demonstrando, à medida em que o tempo ia passando.

O aumento dos custos das rendas, acompanhado de uma forte vontade em residir numa zona menos congestionada e poluída, levou a que as populações jovens, residentes nos centros – também motivadas pela descentralização de indústrias, bens e serviços – comessem a optar por migrar para as periferias. Um processo que, embora tenha ajudado a desenvolver as áreas então recetoras, acabou por, de uma maneira geral, prejudicar as áreas centrais, que para além de verem aumentar o número de edifícios abandonados e consequentemente degradados, acabaram também por assistir ao crescimento das taxas de envelhecimento populacional, assim como a uma forte evolução negativa no que respeita ao nível de qualificação da população que ainda lá residia.

Face ao declínio, perda de competitividade e visibilidade verificados nas áreas centrais, os governos locais viram-se na necessidade de planear e operacionalizar medidas que promovessem a recuperação dos mesmos. Nesse sentido, grande parte desses centros viram ser-lhes planeados e encetados - quer por iniciativa pública, quer por iniciativa privada -, projetos que visassem a reabilitação do seu edificado, e que tivessem como objetivos, a repovoar as áreas de jovens qualificados e ativos, dinamizar as atividades económicas, criar emprego, e atrair visitantes (turistas).

O desenvolvimento deste tipo de projetos tem revelado resultados positivos, com eles, os centros de cidade viram ressurgir o seu nível de credibilidade, algo que facilmente se constata quando verificamos dados estatísticos referentes às características das populações que atualmente lá residem, trabalham, ou simplesmente visitam.

Além de locais destinados à habitação por parte dos moradores locais, os centros têm sido, cada vez mais, palco de atividades destinadas ao consumo, lazer e à recreação.

À medida em que vamos caminhando pelas ruas e vielas que os compõem, vamos vislumbrando todo um leque de opções de cariz cultural e criativo.

Neste leque vêm desfilando, e em número cada vez maior, as opções destinadas à diversão noturna. Uma altura do dia outrora temida, a noite é de há décadas a esta parte, motivo de evasão após um longo dia de trabalho, de estudo, ou simplesmente motivo visita para turistas.

Os centros de cidade têm vindo, nos últimos anos, a assistir a um aumento exponencial no que concerne ao número de estabelecimentos destinados à diversão noturna - como restaurantes, bares, cafés e discotecas -, aumento esse que vem em consequência da crescente procura.

Certo é que, se por um lado a dinamização da economia da noite traz efeitos positivos, como a revitalização dos velhos centros de cidade, como a crescente criação de postos de trabalho, e como a geração de riqueza – algo importante face ao quadro em que a economia mundial se apresenta -, por outro lado trás as suas implicações, nomeadamente no que respeita a questões relacionadas com o ruído, a sujidade, e a violência nas ruas (muitas vezes gerada pelo excessivo consumo de álcool).

Face a isto, tem havido necessidade, por parte dos governos locais, de criar e implementar políticas de regulação que pudessem proporcionar a diminuição ou, se possível, o fim de tais implicações. A verdade é que em grande parte deles o balanço em torno de tais políticas, tem sido positivo, como de resto se pôde constatar com os casos Shorefich (Londres), Amesterdão, Barcelona e Paris.

O estudo comparativo internacional realizado no âmbito da parte prática desta dissertação de Mestrado, serviu para procurar perceber a forma como evoluíram dois velhos centros de cidade, oriundos de contextos geográficos e políticos completamente distintos; sendo o velho Bairro Judeu de Budapeste, situado num país da Europa central, que apenas se tornou democrático no início dos anos 90, após o colapso do regime comunista, e que apenas começou a fazer parte da União Europeia (UE) no ano de 2004; e a Baixa do Porto, oriunda de um país do extremo Sudoeste da Europa, democrático desde o 1974 após a queda do *estado novo*, e que começou a fazer parte da União Europeia (EU) em 1986.

Após a realização deste estudo, pôde perceber-se que - pesem as diferenças atrás mencionadas - o Bairro Judeu de Budapeste e a Baixa do Porto, assistiram a partir do início dos anos 90, a uma evolução negativa no que refere ao número de residentes. Em ambos os casos se verificou um crescimento exponencial no que respeita ao processo de

suburbanização, o qual contribuiu em igual modo para a desvalorização das áreas em questão.

Tanto no caso Húngaro como no caso Português, só a partir do início do século XXI se começaram a implementar projetos de reabilitação do edificado, que em ambas as situações foram avalizados pelos governos locais, tendo crescentemente contribuído para o aumento da dinâmica e visibilidade das áreas em estudo, com a atração de novos moradores (nomeadamente estudantes e trabalhadores no setor terciário), com a dinamização das atividades económicas, e com o fomento do turismo.

A dinamização da economia da noite, como umas das medidas de fomento das atividades económicas, tem sido em ambos os casos de estudo, cada vez mais intensa. Tanto no Bairro Judeu de Budapeste como na Baixa do Porto, se verificou, através da análise dos dados recolhidos, que o número de estabelecimentos destinados à diversão noturna tem crescido consideravelmente nos últimos quinze anos, algo que resulta no cada vez maior número de utilizadores (notívagos).

A grande diferença notada entre os dois casos de estudo, é referente à forma como os governos locais têm lidado com as implicações advindas da dinamização da economia da noite. Se no caso do Porto, o governo local procura ouvir os moradores e estabelece um regulamento para a “Movida” no sentido de diminuir os casos de ruído e sujidade nas ruas, no caso de Budapeste verifica-se a existência de uma inoperância intencional face esse tipo de questões, algo que se justifica pela importância da dinamização da economia da noite para a geração de riqueza e consequente fuga à crise económica que recentemente assolou o país.

Com o desenvolvimento deste estudo, percebe-se, após a transição de uma abordagem geral para uma abordagem mais particular (estudo de caso), que independentemente do contexto político e geográfico, temos vindo a vivenciar uma realidade em que os governos locais procuram, independentemente dos meios utilizados, fazer renascer os velhos centros de cidade, sendo a dinamização da economia da noite um dos polos de desenvolvimento a ser ativados nesse sentido, isto num quadro em que se pretendem elevar os níveis de competitividade a mais altas escalas.

Referências Bibliográficas:

ATKINSON, R. BRIDGE, G. (2005), *Gentrification in a Global Context*. In *The New Urban Colonialism*, London, Routledge.

BEAUREGARD, R. (1986). *The Chaos and Complexity of Gentrification*. In SMITH, N. & WILLIAMS, P. *Gentrification of the City*. Londres. Unwin Hyman.

BRISCOE, S. & DONNELLY, N. (2001). *Temporal and Regional Aspects of Alcohol-Related Crime*. In *Alcohol Studies Bulletin*. 1. Sydney. NSW: Bureau of Crime Statistics and Research.

Câmara Municipal de Lisboa. Reabilitação Urbana. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana>

Câmara Municipal do Porto. (2014). *Censos: Mudanças demográficas*. Porto. Câmara Municipal do Porto.

Câmara Municipal do Porto. (2015). *Regulamento da “Movida” do Porto*. Porto. Câmara Municipal do Porto.

CARTER, H. (1995). *The Study of Urban Geography*, 4, Londres, Arnold.

CHATTERTON, P. & HOLLANDS, R. (2002). *Theorising Urban Playscapes: Producing, Regulating and Consuming Youthful Nightlife City Spaces*. In *Urban Studies* 39. 1. pp. 95-116.

CityLab. (2016). *A 'Night Mayor' Is Transforming Amsterdam After Dark*. Disponível em: <http://www.citylab.com/cityfixer/2016/01/night-mayor-amsterdam-mirik-milan/433893/>

CSANÁDI, G. *et al* (2006). *Belső-erzsébetvárosi rehabilitáció*. In *Tér és Társadalom*, 20(1), pp. 73–92.

CSANÁDI, G. CSIZMADY, A. & OLT, GERGELY. (2010). *Recent trends in urban renewal in Budapest*. In *Urbani izziv*, 21. 1. pp. 117-125.

CSANÁDI, G. A. CSIZMADY, A. & OLT, G. (2011). *Social sustainability and urban renewal on the example of Inner-Erzsébetváros*. In *Budapest Society and Economy* 33. 1. pp 199-217.

Diário da Republica. (2004). *Decreto-Lei n.º 10472004*. 7 de Maio. 87. pp. 2670-2692.

Diário da Republica. (2009). *Novo regime jurídico da reabilitação urbana - Decreto-Lei n.º 307/2009*. 23 de Outubro. 206. pp. 7956-7975.

El Periódico de Barcelona. (2014). *Pulso por el límite del ruido*. Disponível em: <http://www.elperiodico.com/es/noticias/barcelona/pulso-por-limite-del-ruido-3383214>

EIB, (2005). *Sustainable Urban Renewal*. Luxemburgo. European Investment Bank.

FERNANDES, José Alberto Rio. (2013). *Muitas vidas tem o centro e vários centros tem a vida de uma cidade*. In FERNANDES, José Alberto Rio. & SPOSITO. E. *Nova Vida do Velho Centro*. Centro de Estudos de geografia e ordenamento do território. pp. 31-43.

FERNANDES, José Alberto Rio. & CHAMUSCA, Pedro. (2014). *O neotradicional, a elitização e a turistificação: o triunfo do neoliberalismo visto desde o centro da cidade do Porto*. In A “Jangada de Pedra”. *Geografias Ibero-Afro-Americanas*. Atas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia. Guimarães. pp. 1466-1471.

GLASS, R. (1964). *Aspects of Change*, in Centre for Urban Studies. Londres: MacGibbon and Kee.

GREGSON, N. SIMONSEN, K. & VALOU, D. (1999) *The Meaning of Work*. In *European Urban and Regional Studies* 6, 3: 197-214.

GOMES, C. & ELISALDE, R. (2012). *Horizontes latino-americanos do lazer*. Belo Horizonte, UFMG.

HAMMETT, C. (1991). *The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification*. In *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16 (2). pp. 173-189

HANNIGAN, J. (1998). *Fantasy City: Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis*. Londres: Routledge.

HOMEL, R. *et al.* (2001). *Creating Safer Drinking Environments*. In HEATHER, N. PETERS, T. & STOCKWELL, T. In *International Handbook of Alcohol Dependence and Problems*. Londres. John Wiley.

HOMEL, R. & TOMSEN, S. (1993). *Hot Spots for Violence: The Environment of Pubs and Clubs*. In STRANG, H. & GERULL, S. In *Homicide: Patterns, Prevention and Control*. Canberra. Australian Institute of Criminology.

Le Conseil de la nuit. Disponível em: <http://www.paris.fr/nuit>

Le Monde. (2010). *Paris tient ses états généraux de la nuit*. Disponível em: http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/11/12/paris-ouvre-ses-etats-generaux-de-la-nuit_1438781_823448.html

LOVATT, A. & O'CONNOR, J. (1995). *Cities and the Night-time Economy*. In Planning Practice and Research 10, 2: 127-135.

LUGOSI, P. BELL, D. & LUGOSI, K. (2010). *Hospitality, Culture and Regeneration: Urban Decay, Entrepreneurship and the 'Ruin' Bars of Budapest*. In Urban Studies. 47(14). pp. 3079-3101.

MIMOSO, S. (1998). *As actividades de Lazer Nocturno na Cidade do Porto e seus Arredores: uma visão geográfica*. Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

NOFRE, Jordi. (2013). *De lo sórdido a lo vintage, de la marginalización a la distinción. Gentrificación y ocio nocturno en Cais do Sodré*, Lisboa. Forum sociológico, 23. pp. 59-67.

PINTO, S. (2012). *Economia Noturna e as Dinâmicas Recentes no Centro Histórico da Cidade do Porto*. Porto. Faculdade de Economia da universidade do Porto.

PREDICTIONERS, Urban. (2007). *Shoreditch night time economy study*. Londres. Urban Predictioners.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. *Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo*. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2123&tabela=leis&so_mio_lo

ROBERTS, M. & ELDRIDGR, A. (2009). *Planning the Night-time City*. Londres. Routledge.

ROCHA, Hugo. (2011). *REABILITAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO – ESTUDO DE CASO*. Porto. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

ROWE, D. (2007). *Midnight Ramblers are Spoiling City Life*. In Sydney Morning Herald. 33.

ROWE, D. *et al.* (2008). *THE CITY AFTER DARK - Cultural Planning and Governance of the Night-time Economy in Parramatta*. Sydney. Center for Cultural Research – University of Western Sydney.

SALGUEIRO, Teresa Barata. (2013). *Do centro às centralidades*. In FERNANDES, José Alberto Rio. & SPOSITO, E. Nova Vida do Velho Centro. Centro de Estudos de geografia e ordenamento do território. pp. 13-19.

SALGUEIRO, Teresa Barata. (1996). *Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança*, Oeiras. Celta Editora.

SALGUEIRO, Teresa Barata. (1994). *REPENSAR A CIDADE FAC E A NOVOS DESAFIOS*. In *Philosophica*. 4. pp. 69-80.

SANTOS, Norberto Pinto dos. (2011). *Lazer tempo livre e novos consumos*, In *Hernâni Veloso Neto e Sandra Lima Coelho (Org.)*. In *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea*, Porto. IS-FLUP, pp. 84-97.

SINDIC DE GREUPES DE CATALUNYA, (2013). *Les Molesties Per Sorolls i Llicencies Ambientals: els Espais d'oci Nocturn*. In *Informe al Parlament*. pp. 191-192

SLATER, T. (2011). *Gentrification of the City*. In BRIDGE, G. & WATSON, S. *The New Companion to the City*, Oxford, Blackwell. pp. 571-585.

SOÓS, G. & IGNITS, G. (2003). *Suburbanization and Its Consequences in the Budapest Metropolitan Area*. In *III EuroConference The European City in Transition The City and the Region*. Wermar. Bauhaus-Universität Weimar.

STEVENSON, D. (1998). *Agendas in Place: Urban and Cultural Planning for Cities and Regions*. Rockhampton. Institute for Regional Sustainable Development, Central Queensland University Press.

The Guardian. (2010). *The stuff of night mayors: Amsterdam pioneers new way to run cities after dark*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/mar/21/night-mayor-amsterdam-holland-mirik-milan-night-time-commission>.

The New York Times. (2011). *36 Hours in Porto, Portugal*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2011/11/27/travel/36-hours-in-porto-portugal.html?rref=collection%2Fcolumn%2F36->

[hours&action=click&contentCollection=travel®ion=stream&module=stream_unit
&version=search&contentPlacement=1&pgtype=collection](#)

TOMSEN, S. & HOMEL, R. (1991) *The Causes of Public Violence*. in CHAPPEL, D. GRABOSKY, P. & H. STRANG, H. In *Australian Violence; Contemporary Perspectives*. Canberra. Australian Institute of Criminology.

VIDLER, A. (1992), *The architectural uncanny*. Cambridge MIT Press

XEREZ, R. (2008). *Dinâmicas do Território: Gentrificação e Centralidades na Área Metropolitana de Lisboa*. In VI Congresso Português de Sociologia. Lisboa. FCSH/UNI.